





DA DITADURA À DEMOCRACIA



Gene Sharp

DA DITADURA À DEMOCRACIA
O Caminho para a Libertação

Testemunhos de:

LUATY BEIRÃO

INOCÊNCIO DE BRITO

OSVALDO CAHOLO

DOMINGOS DA CRUZ

DITO DALI

MBANZA HAMZA

JOSÉ GOMES HATA

FERNANDO ANTÓNIO THOMAS «NICOLAS»

HITLER TSHIKONDE

Tradução de:

SUSANA SOUSA E SILVA

L I S B O A :

TINTA-DA-CHINA

M M X V

A Tinta-da-china agradece ao autor, Gene Sharp,
à Albert Einstein Institution (info@aeinstein.org)
e ao *designer* da capa, Chris Shamwana, a cedência
dos direitos de autor e da reprodução da capa à editora,
para que todas as receitas desta edição revertam
a favor dos presos políticos de Angola.

© 2015, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29/30
info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título original: *From Dictatorship to Democracy:
A Conceptual Framework for Liberation*
© 1994, Gene Sharp

Título: *Da Ditadura à Democracia:
O Caminho para a Libertação*
Autor: Gene Sharp
Tradução: Susana Sousa e Silva
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Ghost (Chris Shamwana)

1.ª edição: Dezembro de 2015

ISBN: 978-989-671-291-4
Depósito Legal n.º 401915/15

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL	13
Testemunhos de nove presos políticos de Angola sobre <i>Da Ditadura à Democracia</i>	15
PREFÁCIO	19
CAPÍTULO 1: Enfrentar as ditaduras com realismo	23
Um problema persistente	24
A liberdade pela violência?	26
Golpes de Estado, eleições e salvadores estrangeiros? ...	28
Enfrentar a dura verdade	32
CAPÍTULO 2: Perigos das negociações	35
Méritos e limitações das negociações	36
Negociar a capitulação?	37
Poder e justiça nas negociações	39
Ditadores «simpáticos»	40
Que tipo de paz?	42
Razões para ter esperança	42
CAPÍTULO 3: De onde vem o poder?	45
Fábula do «Senhor dos Macacos»	45
Fontes indispensáveis do poder político	47
Centros do poder democrático	50

CAPÍTULO 4: Pontos fracos das ditaduras	53
Identificar o calcanhar de Aquiles	53
Pontos fracos das ditaduras	54
Atacar os pontos fracos das ditaduras	56
CAPÍTULO 5: O exercício do poder	57
Funcionamento da luta nãoviolenta	58
Armas e disciplina nãoviolentas	59
Transparência, secretismo e padrões de conduta elevados	63
Alteração das relações de poder	64
Quatro mecanismos de mudança	65
Efeitos democratizadores do desafio político	67
Complexidade da luta nãoviolenta	69
CAPÍTULO 6: Necessidade de planeamento estratégico	71
Planeamento realista	72
Obstáculos ao planeamento	73
Quatro termos importantes do planeamento estratégico	77
CAPÍTULO 7: Planeamento da estratégia	81
Escolha dos meios	83
Planear tendo em vista a democracia	84
Ajuda externa	85
Elaboração de uma grande estratégia	85
Planeamento de estratégias de campanha	88
Divulgar a ideia de nãocooperação	91
Repressão e contramedidas	92
Adesão ao plano estratégico	94

CAPÍTULO 8: Execução do desafio político	95
Resistência selectiva	96
Desafio simbólico	97
Distribuição de responsabilidades	99
Atingir o poder do ditador	100
Mudanças de estratégia	103
CAPÍTULO 9: Desintegração da ditadura	105
Escalada para a liberdade	107
Desintegração da ditadura	109
Gestão responsável do sucesso	111
CAPÍTULO 10: Alicerces de uma democracia duradoura ...	113
Ameaças de uma nova ditadura	114
Inviabilização de golpes de Estado	115
Redacção da Constituição	116
Uma política de defesa democrática	117
Uma responsabilidade meritória	118
ANEXO 1: Métodos de acção nãoviolenta	121
ANEXO 2: Agradecimentos e notas sobre o percurso de <i>Da Ditadura à Democracia</i>	133
ANEXO 3: Nota sobre as traduções e a reimpressão desta publicação	137
NOTAS	141
NOTA BIOGRÁFICA	144



- *Este é um livro altamente subversivo.*
(ANTÓNIO LUVUALU DE CARVALHO,
embaixador itinerante de Angola)
 - *Concordo consigo. É um livro altamente
subversivo, mas em regimes totalitários.
Não é subversivo em democracias. Este livro
não leva ao derrube de democracias.*
(JOSÉ EDUARDO AGUALUSA, escritor)
- (Debate na RTP3, a 5 de Novembro de 2015)



NOTA EDITORIAL

A publicação deste livro agora, em Dezembro de 2015, está intrinsecamente ligada aos recentes acontecimentos políticos em Angola.

Luanda, Junho de 2015: um grupo de activistas angolanos estava reunido numa livraria a discutir um trabalho de Domingos da Cruz, baseado em *Da Ditadura à Democracia*. Por essa razão, foram presos em «flagrante delito», alega a justiça angolana.

No final de Setembro passado, Pedro Coquenão, artista luso-angolano, desafiou-me a publicar o *livro maldito*. Enquanto defensora da liberdade de expressão, que por definição não pode ter fronteiras, logo agarrei o projecto, enviando o livro para tradução com a nota: «O mais depressa possível.»

Sabendo que a maioria destes presos políticos vive com sérias dificuldades económicas e que a sua detenção agravou esta circunstância para as famílias, propus a Gene Sharp (também ele activista pela liberdade de expressão) a cedência dos direitos de autor. Após a sua anuência, assumi que a Tinta-da-china cederia todas as receitas da venda desta edição aos presos políticos e respectivas famílias.

Este livro tornou-se, no século XXI, um manual prático e um guia de orientação para a mudança de um sistema político e para transitar pacificamente de uma ditadura para uma democracia. Ora, como afirmou recentemente José Eduardo

Agualusa num debate televisivo, «*Da Ditadura à Democracia* só é um livro subversivo em regimes totalitários». Em democracias, é muito bem-vindo, como são aliás todos os livros.

Enquanto editora e cidadã que sempre viveu em democracia, é uma honra publicar este livro neste momento histórico em Angola. Espero que agora mais angolanos o possam ler. É um direito — não um privilégio — poder fazê-lo em total liberdade.

BÁRBARA BULHOSA
Editora da Tinta-da-china

Testemunhos de nove presos políticos de Angola sobre Da Ditadura à Democracia

LUATY BEIRÃO

«Foi ainda no ano de 2011 que o meu *kota* e amigo Fernando Macedo me enviou quatro livros em PDF por email para ‘iluminar o caminho da luta’. Entre eles, o *From Dictatorship to Democracy* que li na diagonal, confortando-me a constatação de que muitas das sugestões de Gene Sharp já eram por nós promovidas e aplicadas instintivamente. Dois anos mais tarde, vi um documentário sobre o autor e a obra que mostrava como a Birmânia (Myanmar) a inspirou, de como vários países do bloco de Leste, mormente ex-repúblicas soviéticas, a usaram como manual de instruções para as suas revoluções ‘coloridas’, de como o Irão e a Rússia a diabolizaram e baniram, equiparando Gene a um agente da CIA.

Em Maio de 2015, o Domingos da Cruz, grande entusiasta da obra, propôs que, como activistas empenhados na promoção dos direitos fundamentais, nos juntássemos semanalmente para discutir a sua adaptação de *From Dictatorship to Democracy*, o que nos valeu a prisão sob acusação de ‘actos preparatórios’ de rebelião e atentado contra o chefe de Estado.

Acabei por nunca concluir a leitura do livro que as ditaduras temem como se de uma bomba atómica se tratasse.»

INOCÊNCIO DE BRITO

«O livro de Gene Sharp fez-me descobrir que existe uma maneira de vencer os ‘fortes’ mesmo sendo ‘fraco’. Era tudo o

que eu queria, mas não sabia que existia uma fórmula para o efeito.

Hoje eu sei que o regime do MPLA não é tão forte assim, porque só o seria se algum dia conseguisse ser e reagir de modo pacífico.»

OSVALDO CAHOLO

«Nesta hora, ocorrem-me várias coisas: desde as lutas e métodos por nós iniciados em 2011, de forma desorientada, contra um regime na altura com 32 anos no poder. Sinto-me feliz por me ter juntado ao pensamento e às formas/métodos articulados e bem estruturados de luta não violenta de Gene Sharp, uma manifestação que ficará registada como um dos maiores caminhos para enfrentar um governo de mãos firmes, a favor da liberdade na história do nosso país. A seguir, vamos criar instituições fortes e inclusivas, que possam trazer prosperidade aos angolanos. Uma sociedade em que os direitos políticos sejam mais amplamente distribuídos, em que o governo seja responsabilizado e tenha de responder perante os cidadãos, e onde a maioria das pessoas possa aproveitar as oportunidades económicas.»

DOMINGOS DA CRUZ

«Depois de ter tido contacto com o pensamento de Gene Sharp, construí uma certeza: devia partilhá-lo com vista a transformarmos a sociedade de forma colectiva.

O cárcere aprofundou esta certeza, porque a teoria da luta não violenta por meio do desafio político está a funcionar com eficiência gradativa e liberdade.»

DITO DALI

«A fase mais difícil da vida é quando decidimos caminhar em busca da liberdade. A mais fácil é quando se conquista a liberdade.

Seria um erro ser julgado pela história devido à cumplicidade do meu silêncio face à opressão instalada pelo regime de José Eduardo dos Santos. Ora, a vida termina, a sociedade continuará. Para se dar continuidade a uma nova sociedade, cabe-nos a nós prepará-la.»

MBANZA HAMZA

«É fácil perceber as injustiças sociais, mas não é fácil entender a teia que as cose; muito menos ainda, como podemos inconscientemente estar a dar o nosso contributo para a perpetuação de regimes ditatoriais e autocráticos.

Gene Sharp, na minha percepção, dá-nos através do seu livro olhos para ver além dessas injustiças (especialmente no contexto de regimes autocráticos) e alma para não ficar indiferente e não continuar o apoio tácito ou inconsciente, que é a principal fonte de poder das tiranias. Entretanto, fá-lo ultrapassando a prática de ‘dar a outra face’: para Gene Sharp é preciso estar-se preparado para dar a face quantas vezes a resistência pacífica o exigir.

A visão é: pacificamente resistir, pacificamente ousar e inteligentemente planear. Acções simples, não violentas, quando inteligentemente bem usadas, podem inutilizar os paíóis de toda uma nação.»

JOSÉ GOMES HATA

«Conheço pouco sobre a obra de Gene Sharp, mas, pelo simples facto de advogar a luta não violenta, confere legitimidade à reivindicação dos oprimidos de todo o mundo.»

FERNANDO ANTÓNIO THOMAS «NICOLAS»

«Se algum dia me perguntarem o porquê da luta não violenta, simplesmente direi que a liberdade não se oferece mas conquista-se. Por isso nós nunca e jamais seremos contra Angola. Nós somos contra os políticos corruptos de Angola.

A opressão nunca triunfará. A liberdade, por mais tardia que seja, chegará.

Quando o opressor faz de nós heróis, nem mesmo as cadeias, as torturas, nos doem.»

HITLER TSHIKONDE

«Quando o príncipe já não é temido nem amado, é porque se aproxima o fim do principado.»

PREFÁCIO

A maneira como os povos evitam e destroem as ditaduras é um dos meus grandes interesses há vários anos. É um interesse baseado, em parte, na convicção de que os seres humanos não devem ser dominados nem destruídos por tais regimes. As minhas leituras sobre a importância da liberdade humana, a natureza das ditaduras (de Aristóteles aos analistas do totalitarismo) e a sua história (em particular, os sistemas nazi e estalinista) têm reforçado esta convicção.

Ao longo dos anos, tive oportunidade de conhecer pessoas que viveram e sofreram sob o jugo nazi, incluindo sobreviventes dos campos de concentração. Na Noruega, encontrei-me com resistentes e sobreviventes do regime fascista e ouvi as histórias dos que pereceram. Conversei com judeus que escaparam ao domínio nazi e com indivíduos que os ajudaram.

Sobre as políticas de terror seguidas pelos regimes comunistas de diversos países, aprendi mais em livros do que através de contactos pessoais. O terror destes sistemas parece-me particularmente insuportável quando penso que estas ditaduras foram impostas em nome da libertação da opressão e da exploração.

Nas últimas décadas, as visitas de indivíduos oriundos de países governados por sistemas ditatoriais, como o Panamá, a Polónia, o Chile, o Tibete e a Birmânia, foram tornando as

realidades das actuais ditaduras mais concretas. Graças aos tibetanos que lutaram contra a agressão da China comunista, aos russos que derrotaram o golpe de Estado da linha-dura do partido, em Agosto de 1991, e aos tailandeses que se opuseram por métodos nãoviolentos à reposição do regime militar, reuni diferentes perspectivas, frequentemente perturbadoras, sobre o carácter insidioso das ditaduras.

A comoção e a indignação perante a brutalidade e, ao mesmo tempo, a admiração pelo heroísmo sereno de homens e mulheres dotados de uma coragem assombrosa, por vezes intensificaram-se depois de visitas a zonas ainda sob grande perigo, mas cujas corajosas populações mantinham uma atitude de desafio: ao Panamá governado por Noriega; a Vilnius, na Lituânia, na época em que o país ainda sofria os efeitos da repressão soviética; à Praça Tiananmen, em Pequim, desde as celebrações da liberdade à entrada dos primeiros blindados, nessa noite de má memória; e à selva, no quartel-general da oposição democrática, em Manerplaw, na «Birmânia libertada».

Também estive em locais onde se travaram combates, como a torre da televisão e o cemitério de Vilnius, o jardim público de Riga, onde ocorreram alguns fuzilamentos, o centro de Ferrara, no norte da Itália, onde os fascistas dispunham os resistentes em fila e os abatiam, e em Manerplaw, num singelo cemitério povoado de cadáveres de homens mortos antes do tempo. É triste verificar que todas as ditaduras deixam um rasto de morte e destruição.

Destes interesses e vivências nasceu uma esperança firme na possibilidade de impedir a tirania, de combater as ditaduras com sucesso e sem massacres mútuos maciços, de destruir as ditaduras e impedir que outras ressurjam das cinzas das que foram derrubadas.

Procurei reflectir cuidadosamente sobre as maneiras mais eficazes de desintegrar ditaduras com o mínimo de custos em termos de sofrimento e perda de vidas humanas. Para tal, apoiei-me nos estudos, realizados ao longo de muitos anos, sobre ditaduras, movimentos de resistência, revoluções, pensamento político, sistemas de governo e, em particular, lutas nãoviolentas* realistas.

Este livro é o resultado desse esforço. Não tenho dúvidas de que está longe de ser perfeito. No entanto, propõe orientações que talvez possam fomentar a reflexão e o planeamento de movimentos de libertação mais poderosos e eficazes.

Por necessidade, e também por escolha deliberada, este ensaio centra-se na questão genérica de como destruir uma ditadura e impedir a afirmação de outra. Não tenho competências suficientes para fazer uma análise pormenorizada e fornecer directivas para cada país em particular. Espero, todavia, que este estudo genérico possa ser útil aos que, em muitos países, ainda têm de enfrentar as realidades de um regime ditatorial. Cabe-lhes aferir a validade desta análise em função das especificidades da sua situação e avaliar em que medida as principais recomendações podem ou não ser aplicadas às suas lutas pela libertação.

Em nenhum momento, ao longo deste ensaio, pretendo defender que desafiar ditadores é uma actividade fácil e sem custos. Todas as formas de luta têm custos e complicações e o combate contra os ditadores fará certamente vítimas. Espero, no entanto, que esta análise incite os dirigentes de movimentos de resistência a ponderarem estratégias susceptíveis de aumentar o seu poder efectivo e, ao mesmo tempo, de reduzir o nível de baixas.

* A decisão de usarmos uma grafia diferente neste livro para os termos «nãoviolência» e «nãocooperação» (e seus derivados) respeita um requisito do autor de criar novos termos que descrevam mais justamente certos conceitos-chave nas suas obras de activismo. (N. da e.)

Esta análise também não deve ser entendida como a defesa de que o fim de uma determinada ditadura acarreta o desaparecimento de todos os problemas. A queda de um regime não conduz à utopia. Na verdade, abre caminho ao trabalho árduo e a grandes esforços para construir relações sociais, económicas e políticas mais justas e erradicar outras formas de injustiça e opressão. A minha esperança é de que este breve estudo sobre como desintegrar uma ditadura possa ser útil onde quer que existam povos dominados que desejam ser livres.

GENE SHARP

6 de Outubro de 1993
Albert Einstein Institution
Boston, Massachusetts

CAPÍTULO I

Enfrentar as ditaduras com realismo

Nos últimos anos, diversas ditaduras — de origem nacional ou instituídas por influência estrangeira — esboroaram-se ou claudicaram diante de populações contestatárias e mobilizadas. Apesar de serem muitas vezes consideradas sistemas firmemente implantados e inexpugnáveis, algumas revelaram-se incapazes de resistir ao desafio político, económico e social concertado que o povo lançou.

Desde 1980, acções de desafio popular de natureza predominantemente nãoviolenta precipitaram a queda de regimes ditatoriais na Estónia, Letónia, Lituânia, Alemanha Oriental, Checoslováquia e Eslovénia, Madagáscar, Mali, Bolívia e Filipinas. A resistência nãoviolenta tem promovido avanços no sentido da democratização no Nepal, Zâmbia, Coreia do Sul, Chile, Argentina, Haiti, Brasil, Uruguai, Malawi, Tailândia, Bulgária, Hungria, Nigéria e em diversos territórios da antiga União Soviética (tendo desempenhado um papel importante na derrota da tentativa de golpe de Estado pela linha-dura do partido, em Agosto de 1991).

Nos últimos anos, assistimos também à realização de manifestações em massa de desafio político¹ na China, na Birmânia e no Tibete. Embora estas lutas não tenham levado ao desaparecimento das ditaduras instaladas ou das ocupações existentes, expuseram perante a comunidade internacional a natureza

cruel desses regimes repressivos e proporcionaram às populações envolvidas uma experiência valiosa desta forma de luta.

A queda das ditaduras nos países acima referidos não conduziu certamente à erradicação dos restantes problemas que afligem essas sociedades: pobreza, criminalidade, ineficácia burocrática e destruição ambiental, não raro o legado de regimes brutais. No entanto, a sua desagregação contribuiu pelo menos para mitigar o sofrimento das vítimas de opressão e abriu caminho à reconstrução destas sociedades em condições de maior democracia política, liberdade individual e justiça social.

Um problema persistente

As últimas décadas evidenciam, de facto, a existência de uma tendência para maior democratização e liberdade em todo o mundo. Segundo a Freedom House, organização responsável por um estudo internacional anual sobre a situação dos direitos políticos e das liberdades cívicas, o número de países classificados como «Livres» aumentou significativamente nos últimos anos.²

	LIVRES	PARCIALMENTE LIVRES	NÃO LIVRES
1983	54	47	64
1993	75	73	38
2003	89	55	48
2009	89	62	42

Não obstante, esta tendência positiva é minorada pelo número elevado de indivíduos que continuam a viver em contextos de tirania. Em 2008, 34 por cento dos 6,68 mil milhões de indi-

vídus que constituem a população mundial viviam em países ou territórios classificados como «Não Livres»,³ ou seja, regiões onde se verificam grandes restrições aos direitos políticos e às liberdades cívicas. Os 42 países integrados na categoria dos «Não Livres» são governados por ditaduras militares (como a Birmânia), monarquias tradicionais repressivas (Arábia Saudita e Butão), partidos políticos dominantes (China e Coreia do Norte), ocupantes estrangeiros (Tibete e Sara Ocidental), ou encontram-se em fase de transição.

Actualmente, muitos países vivem processos de rápida transformação política, económica e social. Apesar de nos últimos anos se ter verificado um aumento do número de países «Livres», o risco de que essas mudanças fundamentais tão rápidas possam levar muitos a evoluírem na direcção contrária e a caírem em novas formas de ditadura é elevado. Cliques militares, indivíduos ambiciosos, representantes eleitos e partidos políticos doutrinários não desistirão de tentar impor a sua vontade. Os golpes de Estado são, e hão-de permanecer, uma realidade frequente. Os direitos humanos e políticos mais elementares continuarão a ser negados a um elevado número de pessoas.

Infelizmente, o passado continua vivo. As ditaduras são um problema sério e complexo. As populações de muitos países foram vítimas de opressão durante décadas, séculos até, fosse ela de origem interna ou estrangeira. Em muitos casos, existia uma submissão incontestada, e há muito inculcada, a figuras de autoridade e governantes. Nas situações mais extremas, as instituições sociais, políticas, económicas e até religiosas — fora do controlo do Estado — foram deliberadamente enfraquecidas, subordinadas, ou mesmo substituídas por novos organismos arregimentados, utilizados pelo Estado ou pelo partido

dirigente para controlar a sociedade. A população foi muitas vezes atomizada (transformada numa massa de indivíduos isolados), mostrando-se incapaz de actuar em conjunto para alcançar a liberdade, de cultivar a confiança mútua, ou até de fazer qualquer coisa por iniciativa própria.

O resultado é previsível: a população torna-se fraca, perde a confiança em si própria e não consegue oferecer resistência. As pessoas sentem-se frequentemente demasiado assustadas para partilharem o ódio pela ditadura e a sede de liberdade, mesmo com familiares e amigos. Sentem-se demasiado aterrorizadas para pensarem a sério na ideia de resistência pública. De que serviria ela, afinal? Ao invés, suportam um sofrimento sem objectivo e olham para o futuro sem esperança.

As condições prevalecentes nas ditaduras actuais podem ser muito piores do que no passado. Em épocas passadas, alguns povos terão procurado resistir. É possível que tenham ocorrido protestos e manifestações de massas efémeros. Em certos momentos, os ânimos ter-se-ão exaltado temporariamente. Outros, indivíduos e pequenos grupos terão protagonizado gestos corajosos mas impotentes, afirmando determinados princípios ou, muito simplesmente, declarando o seu desafio. Por mais nobres que fossem os seus motivos, esses actos passados de resistência foram muitas vezes insuficientes para vencer o medo e os hábitos de obediência do povo, uma condição prévia necessária para destruir a ditadura. Lamentavelmente, estes gestos podem ter apenas causado mais sofrimento e mortes, em vez de vitórias ou até esperança.

A liberdade pela violência?

Que fazer nestas circunstâncias? As soluções óbvias parecem inúteis. Os ditadores geralmente ignoram as barreiras legais e constitucionais, as decisões judiciais e a opinião pública. Numa reacção compreensível a situações de crueldade, tortura, desaparecimentos e mortes, a tendência é para concluir que uma ditadura só pode ser derrubada pela violência. Em determinados momentos, grupos de vítimas enfurecidas organizaram-se para combater ditadores brutais, recorrendo, contra todas as probabilidades, aos meios violentos e militares ao seu alcance. Estes indivíduos lutaram corajosamente e pagaram um preço elevado em sofrimento e perda de vidas humanas. Alcançaram feitos notáveis, por vezes, mas raramente conquistaram a liberdade. As rebeliões violentas podem desencadear uma repressão brutal que não raro deixa o povo ainda mais impotente do que antes.

Sejam quais forem os méritos da opção violenta, um aspecto é muito claro: *quando recorremos a métodos violentos, estamos a escolher o mesmo tipo de luta em que os opressores são quase sempre superiores*. Os ditadores têm meios para responder com uma violência esmagadora. Por maior ou menor que seja a capacidade de resistência dos democratas, as duras realidades militares acabam por se impor. Os ditadores são quase sempre superiores em equipamento militar, munições, transportes e dimensão das forças militares. Apesar da sua bravura, os democratas muito raramente são um adversário à altura.

Quando a rebelião militar convencional é reconhecida como irrealista, certos dissidentes escolhem a luta de guerrilha. Esta, no entanto, só raramente, ou nunca, beneficia a população oprimida ou conduz à democracia. A guerrilha não é uma solução evidente, sobretudo porque tende a causar um elevado

número de vítimas no seio da população civil. A técnica não oferece garantias contra o fracasso, apesar da teoria e das análises estratégicas que lhe servem de suporte e, por vezes, também dos apoios internacionais que consegue atrair para a sua causa. As guerras de guerrilha costumam ser longas. As populações civis são muitas vezes deslocadas pelo governo à custa de grande sofrimento humano e da desorganização do tecido social.

Mesmo quando são bem-sucedidas, as guerras de guerrilha costumam ter consequências estruturais negativas a longo prazo. O regime atacado reage imediatamente com medidas preventivas e tornando-se mais ditatorial. Mesmo quando a guerrilha alcança o êxito, o novo regime que dela resulta evidencia muitas vezes um carácter mais ditatorial do que o anterior, devido ao efeito centralizador das suas forças militares ainda mais numerosas, e ao enfraquecimento ou à destruição, durante a luta, dos grupos sociais independentes e instituições, organismos vitais para o estabelecimento e manutenção de uma sociedade democrática. Os indivíduos hostis às ditaduras devem procurar outras soluções.

Golpes de Estado, eleições e salvadores estrangeiros?

Um golpe de Estado militar contra uma ditadura pode parecer um dos meios mais fáceis e rápidos de eliminar um regime particularmente odioso. Esta técnica, porém, levanta problemas sérios. Acima de tudo, permite a continuidade da má distribuição do poder entre a população e a elite que controla o governo e as forças militares. Na maioria dos casos, o afastamento de determinadas figuras e cliques das funções

de governação apenas permite a entrada de outro grupo para o seu lugar. Teoricamente, este terá um comportamento mais moderado e será, talvez, mais receptivo à introdução de reformas democráticas. O mais provável, no entanto, é que aconteça exactamente o contrário.

Uma vez consolidada a sua posição, a nova clique poderá revelar-se mais impiedosa e ambiciosa do que a anterior. Assim, apesar das novas esperanças que cria, poderá fazer o que bem entender sem se preocupar com a democracia ou os direitos humanos. Esta não é, por isso, uma solução aceitável para o problema da ditadura.

As eleições enquanto instrumento de mudança política eficaz são uma impossibilidade numa ditadura. Certos regimes ditatoriais, como os do antigo bloco de Leste, controlado pelos soviéticos, organizavam simulacros de eleições a fim de parecerem democráticos. Estes actos eleitorais, no entanto, não passavam de plebiscitos rigorosamente controlados para garantirem a aceitação, pela opinião pública, de candidatos previamente escolhidos pelos ditadores. Quando estão sob pressão, os ditadores podem por vezes aceitar realizar novas eleições, mas em seguida falseiam-nas de maneira a colocarem os seus fantoches nos gabinetes governamentais. Se os candidatos da oposição forem autorizados a ir a votos e conseguirem ser eleitos, como aconteceu na Birmânia, em 1990, e na Nigéria, em 1993, os resultados podem simplesmente ser ignorados, sendo os «vencedores» alvo de intimidações, presos, ou mesmo executados. Os ditadores não estão dispostos a permitir a realização de eleições que possam destroná-los.

Muitos dos que hoje sofrem sob o jugo de ditaduras brutais, ou que partiram para o exílio para lhes escapar, não acreditam que os oprimidos consigam libertar-se sozinhos. Na sua

opinião, o seu povo só poderá ser salvo através da intervenção de terceiros. Estes indivíduos depositam confiança em forças externas e acreditam que só a ajuda internacional tem força suficiente para derrubar os ditadores.

A ideia de que os indivíduos oprimidos são incapazes de agir de forma eficaz pode ser válida para um determinado período. É frequente os povos oprimidos não estarem dispostos a lutar e sentirem-se temporariamente incapazes de o fazer, pois não confiam na sua capacidade para enfrentar uma ditadura impiedosa nem conseguem vislumbrar uma saída para a sua condição. É, por isso, compreensível que muitos invistam em terceiros as suas esperanças de libertação. Esta força exterior pode ser a «opinião pública», as Nações Unidas, um determinado país, ou as sanções económicas e políticas internacionais.

Embora pareça um cenário reconfortante, esta confiança num salvador estrangeiro pode ser uma fonte de problemas sérios. Pode tratar-se de uma confiança totalmente imerecida. Os salvadores estrangeiros raramente aparecem e, quando o fazem, é mais provável que não sejam dignos de confiança.

Importa sublinhar algumas duras realidades sobre a intervenção externa.

- Na maioria das vezes, os Estados estrangeiros toleram ou até auxiliam positivamente uma ditadura com o objectivo de promoverem os seus próprios interesses económicos ou políticos;
- Os Estados estrangeiros podem preferir atraiçoar um povo oprimido em vez de honrarem o compromisso de o auxiliarem no processo de libertação, com o fim de concretizarem outro dos seus objectivos;

- Alguns Estados estrangeiros só agirão contra uma ditadura se com isso garantirem o controlo económico, político ou militar do país;
- Os Estados estrangeiros podem empenhar-se activamente para alcançar objectivos positivos apenas se, e quando, o movimento de resistência interna já tiver começado a abalar as fundações da ditadura e com isso tiver conseguido atrair as atenções da comunidade internacional para a natureza brutal do regime.

A principal causa das ditaduras reside habitualmente na distribuição de poderes no país em questão. A população e a sociedade são demasiado frágeis para causar problemas sérios à ditadura, estando a riqueza e o poder nas mãos de um círculo muito restrito. Embora as ditaduras possam beneficiar de, ou ser ligeiramente enfraquecidas por, acções internacionais, a sua continuidade depende acima de tudo de factores internos.

As pressões internacionais podem ser muito úteis quando apoiam um movimento de resistência forte no plano interno. Nesse contexto, os boicotes económicos internacionais, os embargos, o corte de relações diplomáticas, a expulsão de organizações internacionais, ou a condenação por organismos das Nações Unidas, por exemplo, assim como outras acções semelhantes, podem ter um grande impacto. Contudo, na ausência de um movimento de resistência interno forte, é muito pouco provável que tais acções sejam empreendidas.

Enfrentar a dura verdade

A conclusão é difícil de aceitar. Para derrubar uma ditadura de forma eficaz e com um mínimo de custos, é imperioso realizar quatro tarefas:

- Reforçar a determinação da população oprimida e a sua autoconfiança, assim como a sua capacidade para resistir;
- Fortalecer os grupos sociais independentes e as instituições da população oprimida;
- Criar uma força poderosa de resistência interna;
- Desenvolver uma grande estratégia de libertação ambiciosa e ponderada e executá-la de forma competente.

Uma luta de libertação exige um reforço da autonomia e da coerência interna do grupo de combatentes. Em 1879 e 1880, durante a campanha de greve às rendas na Irlanda, Charles Stewart Parnell preconizava:

É inútil confiar no governo... Deveis confiar apenas na vossa determinação... Ajudai-vos, apoiando-vos uns aos outros... dai coragem aos que, entre vós, são fracos... uni-vos, organizai-vos... e ganhareis...

Só quando houver condições para a situação se resolver, e não antes, poderá esta ser resolvida.⁴

Perante uma força sólida e autónoma, dotada de uma estratégia inteligente, se for combatida por meio de acções disciplinadas e corajosas e de uma força verdadeiramente firme, a ditadura acabará por se desmoronar. A condição mínima,

porém, é o cumprimento dos quatro requisitos acima mencionados.

Como ficou demonstrado, a libertação das ditaduras depende, em última instância, da capacidade dos povos para se libertarem a si mesmos. As experiências vitoriosas de desafio político — ou de luta nãoviolenta para fins políticos — citadas anteriormente demonstram que as populações possuem os meios para se libertarem. Esta opção permanece, porém, pouco desenvolvida. Analisá-la-emos em pormenor nos capítulos seguintes. Antes disso, no entanto, deter-nos-emos na questão das negociações como meio de dismantelar as ditaduras.



CAPÍTULO 2

Perigos das negociações

Quando confrontados com os graves problemas suscitados pelo combate a uma ditadura (ver capítulo 1), certos povos podem regressar a uma atitude de submissão passiva. Outros, não vislumbrando qualquer possibilidade de alcançar a democracia, podem concluir que devem conformar-se e aceitar esta ditadura aparentemente permanente, na esperança de, por via da «conciliação», do «compromisso» e das «negociações», conseguirem salvar alguns elementos positivos e pôr fim aos actos de brutalidade. À primeira vista, e na ausência de alternativas realistas, esta linha de pensamento tem os seus atractivos.

Um combate sério contra uma ditadura brutal não é uma perspectiva agradável. Porque deverá, então, ser o caminho a seguir? Não conseguiremos ser razoáveis e encontrar formas de dialogar e de negociar soluções que conduzam gradualmente ao fim da ditadura? Não podem os democratas apelar ao humanismo dos ditadores, persuadindo-os a reduzirem o seu domínio a pouco e pouco até, quem sabe, estes cederem completamente e abrirem caminho à instituição de uma democracia?

Diz-se por vezes que nenhum dos lados detém o monopólio da verdade. Os democratas ter-se-ão equivocado em relação aos ditadores, os quais, por sua vez, terão agido movidos por boas razões em circunstâncias difíceis. Haverá quem defenda

que os ditadores só esperam o encorajamento e o incentivo certos para se distanciarem, de boa vontade, da difícil situação em que o país se encontra. Poder-se-á propor soluções vantajosas para todas as partes. Ou então argumentar que os riscos e sofrimentos eventualmente causados por futuros combates podem ser evitados, se a oposição democrática estiver disposta a resolver o conflito de forma pacífica pela via da negociação (que poderá porventura ser conduzida com a ajuda de indivíduos competentes, ou até por outro governo). Não será isso preferível a uma luta difícil, mesmo que seja uma luta nãoviolenta e não um confronto militar?

Méritos e limitações das negociações

36

GENE SHARP

As negociações são uma ferramenta muito útil à resolução de certos tipos de problemas em situações de conflito e não devem ser negligenciadas nem rejeitadas quando forem consideradas adequadas.

Em certas situações, quando não estão em causa questões fundamentais e em que, por conseguinte, é aceitável selar um compromisso, as negociações podem ser um meio importante de resolução de um conflito. Uma greve laboral para reivindicar um aumento salarial é um bom exemplo do papel adequado das negociações numa situação de conflito: um acordo negociado pode conduzir a um aumento situado algures entre os montantes originalmente propostos por ambas as partes envolvidas. Os conflitos laborais com sindicatos legais são, no entanto, muito diferentes daqueles em que o objectivo é impedir a continuação de uma ditadura cruel ou assegurar a instauração da liberdade política.

Quando estão em jogo questões fundamentais que afectam princípios religiosos ou estão ligadas às liberdades da pessoa humana ou ao desenvolvimento futuro da sociedade, as negociações não permitem alcançar uma solução mutuamente satisfatória. Certas questões fundamentais não devem admitir qualquer espécie de compromisso. Só uma alteração das relações de poder a favor dos democratas pode assegurar convenientemente a salvaguarda das questões fundamentais em causa. Esta mudança será possível apenas através da luta, e não pela negociação. Isto não significa que a negociação não deva ser utilizada, mas antes que não é uma forma realista de derubar uma ditadura poderosa quando não existe uma oposição democrática forte.

É verdade que a negociação pode não ser uma opção. É possível que os ditadores firmemente instalados e seguros da sua posição se recusem a negociar com os seus oponentes democráticos. Ou então, uma vez iniciada a negociação, os negociadores da facção democrática podem simplesmente desaparecer sem deixar rasto.

Negociar a capitulação?

Os indivíduos e grupos que se opõem às ditaduras e se mostram favoráveis às negociações têm frequentemente boas razões para o fazer. Sobretudo quando uma luta militar contra uma ditadura brutal se prolonga durante anos sem que seja alcançada uma vitória final, é compreensível que o povo, sejam quais forem as suas convicções políticas, deseje a paz. Os democratas podem ponderar a negociação quando o ditador tem uma superioridade militar indiscutível e a população já não consegue

tolerar mais destruição e perda de vidas humanas. Sentir-se-á, então, uma forte tentação para explorar todas as vias que possam acautelar uma parte dos objectivos dos democratas e, em simultâneo, pôr fim ao ciclo de violência e contraviolência.

Uma oferta de «paz» negociada, proposta por uma ditadura à sua oposição democrática, não deixa evidentemente de ser uma oferta cínica. O ditador pode pôr fim à violência imediatamente, bastando-lhe para tal deixar de fazer guerra ao seu próprio povo. Pode, por iniciativa própria, e sem regatear, restabelecer o respeito pela dignidade e pelos direitos humanos, libertar prisioneiros políticos, acabar com a tortura, suspender as operações militares, retirar-se do governo e desculpar-se perante o povo.

Quando a ditadura é forte, mas existe uma resistência inco-modativa, os ditadores podem querer negociar com a oposição para a levarem à submissão com o pretexto de estarem a fazer a «paz». O apelo à negociação pode parecer atraente, mas é bem possível que sérios perigos espreitem na sala das negociações.

Por outro lado, quando a oposição é excepcionalmente forte e a ditadura está verdadeiramente ameaçada, os ditadores podem tentar negociar para preservarem, tanto quanto possível, o seu poder ou riqueza. Os democratas não devem em circunstância alguma ajudar os ditadores a alcançarem os seus objectivos.

Os democratas devem ter cuidado com as armadilhas deliberadamente armadas pelos ditadores durante o processo de negociações. Aceitar negociar quando estão em causa questões fundamentais relacionadas com as liberdades políticas pode ser uma tentativa, por parte dos ditadores, de persuadir os democratas a capitularem de forma pacífica enquanto perpetuam os actos de violência da ditadura. Neste tipo de conflitos, só

se poderá recorrer à negociação no final de uma luta decisiva, quando o poder dos ditadores estiver efectivamente neutralizado e lhes restar apenas tentar assegurar a abertura de um corredor de segurança até um aeroporto internacional.

Poder e justiça nas negociações

Se esta avaliação das negociações parece demasiado severa, é porque é necessário moderar um certo romantismo que lhes está associado. Convém ter ideias claras sobre o funcionamento das negociações.

«Negociação» não significa que ambas as partes se sentam a uma mesa para discutir em pé de igualdade e resolver os diferendos que causaram o conflito entre ambas. Importa reter dois aspectos. Primeiro, numa negociação não é a justeza relativa das opiniões e dos objectivos divergentes que determina o conteúdo de um acordo negociado. Segundo, o conteúdo de um acordo negociado é definido, em grande parte, pela capacidade de poder das partes envolvidas.

É importante ter em consideração várias questões difíceis: que podem fazer as partes envolvidas, numa fase posterior, para alcançarem os seus objectivos se não for possível chegar a acordo à mesa das negociações? Que podem fazer as partes se, apesar do acordo alcançado, o lado contrário não respeitar o compromisso assumido e usar as forças ao seu dispor para garantir os seus fins?

Numa negociação, não se chega a acordo pela avaliação das virtudes e dos defeitos das questões em causa. Por mais amplo que seja o debate, os verdadeiros resultados das negociações obtêm-se pela avaliação do poder absoluto e relativo dos

grupos rivais. Que podem os democratas fazer para garantir que as suas reivindicações mínimas não lhes serão negadas? Que podem os ditadores fazer para manter o controlo e neutralizar os democratas? Dito de outro modo, a haver um acordo, este resultará muito provavelmente da avaliação da relação de forças por cada uma das partes envolvidas e das suas projecções quanto ao desfecho de um conflito aberto entre ambas.

Importa também prestar atenção às cedências que cada uma das partes está disposta a fazer para alcançar um acordo. Uma negociação bem-sucedida implica um compromisso, chegar a um meio-termo. Cada um dos lados obtém uma parte do que deseja e abdica de uma parte das suas exigências.

No caso de ditaduras radicais, que cedências devem as forças pró-democracia fazer aos ditadores? Que objectivos dos ditadores devem estas aceitar? Devem os democratas atribuir aos ditadores (sejam eles de um partido político ou de uma associação secreta de militares) um papel permanente e constitucionalmente definido no futuro governo? Onde encaixa aqui a democracia?

Mesmo partindo do pressuposto de que as negociações terão um desfecho positivo, devemos interrogar-nos sobre o tipo de paz que delas resultará. A vida será melhor ou pior do que seria se os democratas tivessem iniciado ou continuado a luta?

Ditadores «simpáticos»

O domínio exercido pelos ditadores pode assentar numa diversidade de motivos e objectivos: poder, posição, riqueza, reestruturação da sociedade e outros. É importante não esquecer que, ao abandonarem a sua posição de poder, estarão a prescindir de

todos eles. Se existirem negociações, os ditadores procurarão preservar os seus objectivos.

Sejam quais forem as promessas feitas em qualquer acordo negociado, importa não esquecer que os ditadores podem prometer o que quiserem para garantir a sujeição dos oponentes democratas e, em seguida, violar descaradamente todos os compromissos assumidos.

Se os democratas concordarem em pôr fim à resistência em troca de uma suspensão temporária da repressão, poderão vir a sofrer uma forte decepção. A interrupção das acções de resistência raramente conduz ao abrandamento da repressão. Uma vez eliminadas as forças moderadoras da oposição interna e internacional, os ditadores podem mesmo organizar acções de opressão e violência ainda mais brutais do que antes. Nesse caso, os tiranos passarão a poder perseguir quem quiserem. «Pois o tirano só tem o poder de fazer aquilo a que não temos força para resistir», escreveu Krishnalal Shridharani.⁵

É a resistência, e não a negociação, que é fundamental para operar a mudança nos conflitos em que estão em causa questões fundamentais. Em quase todos os casos, a resistência deverá prosseguir, com vista a afastar os ditadores do poder. O sucesso é quase sempre alcançado não pela negociação de um acordo, mas pela utilização criteriosa das formas de resistência mais adequadas e poderosas que estiverem disponíveis. Mais adiante demonstraremos em pormenor por que razão o desafio político, ou a luta nãoviolenta, é o meio mais poderoso à disposição de todos os que lutam pela liberdade.

Que tipo de paz?

Quando ditadores e democratas falam de paz, devem fazê-lo com extrema lucidez, em virtude dos perigos envolvidos. Nem todos os que invocam a palavra «paz» a desejam com liberdade e justiça. A submissão a uma opressão cruel e a aquiescência passiva a um ditador implacável que cometeu atrocidades contra centenas de milhares de pessoas não correspondem à verdadeira paz. Hitler evocava frequentemente a paz, termo que para ele significava submissão à sua vontade. Muitas vezes a paz de um ditador é apenas a paz da prisão ou do túmulo.

Existem outros perigos. Os negociadores bem-intencionados por vezes confundem os objectivos das negociações com o próprio processo de negociação. Além disso, os negociadores democráticos ou os especialistas estrangeiros autorizados a participar nas negociações podem, com um único golpe, conferir aos ditadores a legitimidade nacional e internacional que lhes foi negada anteriormente devido à sua apropriação do Estado, às violações de direitos humanos e aos actos de brutalidade cometidos. Sem essa legitimidade, de que tão desesperadamente necessitam, os ditadores não podem continuar a governar indefinidamente. Os representantes da paz não devem, por isso, outorgar-lhes legitimidade.

Razões para ter esperança

Como referido atrás, os dirigentes da oposição podem sentir-se forçados a seguir a via negocial, movidos por um sentimento de desespero em relação ao combate democrático. Este sentimento, porém, pode alterar-se. As ditaduras não são eternas. As po-

pulações que a elas estão sujeitas não têm de permanecer fracas nem os ditadores têm necessariamente de manter a sua força e o seu poder intocados para sempre. Já Aristóteles observava: «Oligarquia e tirania têm vida mais curta do que qualquer outra Constituição... [Em geral] as tiranias não duraram muito tempo.»⁶ As ditaduras modernas também são vulneráveis. Os seus pontos fracos podem ser acentuados e o poder dos ditadores pode ser desintegrado. (Estes pontos fracos serão analisados com mais pormenor no capítulo 4.)

A história recente demonstra a vulnerabilidade das ditaduras e revela que estas podem desmoronar-se num período de tempo relativamente curto: apesar de terem sido necessários dez anos — 1980-1990 — para derrubar a ditadura comunista na Polónia, na Alemanha Oriental e na Checoslováquia, o desenlace aconteceu no espaço de algumas semanas, em 1989. Em El Salvador e na Guatemala, em 1944, as lutas contra as terríveis ditaduras militares que estavam firmemente implantadas duraram aproximadamente duas semanas cada uma. O poderoso regime militar do xá do Irão deteriorou-se em poucos meses. Em 1986, a ditadura de Marcos, nas Filipinas, sucumbiu à pressão do poder popular no espaço de semanas: quando a força da oposição se tornou evidente, o governo dos Estados Unidos rapidamente abandonou o presidente Marcos. A tentativa de golpe de Estado na União Soviética, em Agosto de 1991, foi neutralizada no espaço de dias por um movimento de desafio político. Depois disso, muitas das nações que, há muito dominadas, a constituíam recuperaram a independência ao fim de escassos dias, semanas e meses.

Fica claro que o pressuposto de que a acção violenta implica sempre uma actuação rápida e a acção nãoviolenta exige sempre muito tempo não é verdadeiro. Embora a consolidação de

mudanças na situação e na sociedade possa ser um processo moroso, o combate contra uma ditadura através da luta não-violenta pode ser travado com relativa rapidez.

As negociações não são a única alternativa à guerra de desagregação contínua, por um lado, e à capitulação, por outro. Os exemplos supracitados, assim como os referidos no capítulo 1, mostram que há outra opção para os que desejam a paz e a liberdade: o desafio político.

CAPÍTULO 3

De onde vem o poder?

Não é tarefa simples construir uma sociedade onde reinem a paz e a liberdade. São necessários grande planeamento, habilidade estratégica e organização. Acima de tudo, é preciso poder. Os democratas não podem acalentar a esperança de derrubar uma ditadura e instituir a liberdade política se não exercerem o poder de forma eficaz.

Como é isto possível? Que tipo de poder pode a oposição democrática mobilizar que seja suficiente para destruir a ditadura e as suas extensas redes militares e policiais? A resposta reside num determinado entendimento, muitas vezes ignorado, da natureza do poder político. Não é uma ideia difícil de apreender. Certas verdades fundamentais são bastante simples.

Fábula do «Senhor dos Macacos»

Uma parábola chinesa escrita por Liu-Ji no século XIV⁷ ilustra bem este entendimento negligenciado do poder político:

No estado feudal de Chu, um velho assegurava a sua subsistência através de alguns macacos que mantinha ao seu serviço. Os habitantes de Chu chamavam-lhe «*ju gong*» (o senhor dos macacos).

Todas as manhãs, o velho reunia os macacos no pátio e ordenava ao mais velho que levasse os outros às montanhas para aí colherem frutos dos arbustos e das árvores. Cada macaco devia entregar um décimo da sua colheita ao velho e os que não cumprissem o estipulado eram cruelmente castigados. Os macacos sofriam muito, mas não ousavam queixar-se.

Um dia, um jovem macaco perguntou aos outros: «Foi o velho que plantou as árvores de fruto e os arbustos?» Os outros responderam: «Não, cresceram naturalmente.» O jovem macaco continuou: «Não podemos colher os frutos sem a autorização do velho?» Os outros replicaram: «Sim, todos podemos fazer isso.» O jovem macaco prosseguiu: «Então porque havemos de depender do velho, porque temos todos de o servir?»

Antes que o jovem macaco tivesse tido tempo de concluir a frase, os outros perceberam e despertaram para a realidade.

Nessa mesma noite, depois de se certificarem de que o velho dormia, os macacos derrubaram as paredes da paliçada onde estavam confinados, destruindo-a completamente. Agarraram nos frutos que o velho guardara e levaram-nos para a floresta, de onde nunca mais voltaram. O velho acabou por morrer de fome.

Yu-li-zi conclui: «Alguns homens governam o seu povo por meio de artimanhas e não segundo princípios justos. Não serão eles como o senhor dos macacos? Não têm consciência da confusão em que vivem. Quando o povo compreender o que se passa, estes ardis deixarão de funcionar.»

Fontes indispensáveis do poder político

O princípio é simples. Os ditadores precisam da ajuda dos que governam, sem a qual não conseguem assegurar e manter as fontes do poder político. Entre estas, estão:

- A *autoridade*, a convicção generalizada entre o povo de que o regime é legítimo e é seu dever moral obedecer-lhe;
- Os *recursos humanos*, o número e a importância dos indivíduos e grupos que obedecem, cooperam ou dão assistência aos governantes;
- As *competências e o conhecimento*, necessários ao regime para executar tarefas específicas, asseguradas por indivíduos e grupos cooperantes;
- Os *factores intangíveis*, factores psicológicos e ideológicos susceptíveis de levarem o povo a obedecer aos governantes e a auxiliá-los;
- Os *recursos materiais*, a capacidade dos dirigentes para controlar ou ter acesso à propriedade, recursos naturais, recursos financeiros, sistema económico e meios de comunicação e de transporte;
- As *sanções*, os castigos, sejam eles uma ameaça ou efectivamente aplicados, contra os que desobedecem ou não cooperam, com vista a garantir a submissão e a cooperação necessárias à existência do regime e ao cumprimento das suas políticas.

Todas estas fontes, porém, dependem da aceitação do regime, da submissão e obediência da população e da cooperação de inúmeros indivíduos e de muitas instituições da sociedade, condições que não estão asseguradas.

A cooperação total, a obediência e o apoio facilitam ainda mais o acesso às fontes indispensáveis de poder e, logicamente, ampliam o poder de um governo.

Pelo contrário, a supressão da cooperação popular e institucional com os agressores e ditadores diminui e pode cortar o acesso às fontes de poder de que todos os dirigentes dependem. Sem elas, o poder dos governantes perde eficácia e, finalmente, desaparece.

Evidentemente, os ditadores são sensíveis a acções e ideias que ameacem a sua capacidade para actuarem segundo a sua vontade. É, por isso, provável que ameacem e castiguem quem desobedecer, fizer greve ou se recusar a cooperar. O problema, no entanto, não se esgota aqui. A repressão, mesmo com recurso a actos de brutalidade, nem sempre garante a continuidade da submissão e da cooperação necessárias ao funcionamento do regime.

Se, não obstante a repressão, for possível restringir ou suprimir o acesso às fontes de poder durante tempo suficiente, os efeitos iniciais para a ditadura podem ser a incerteza e a confusão, a que se seguirá, provavelmente, um claro enfraquecimento do seu poder. Com o tempo, a retenção das fontes do poder pode conduzir à paralisia e à impotência do regime e, nos casos mais extremos, à sua desintegração. O poder dos ditadores de finhará, lenta ou rapidamente, e sucumbirá à inanição política.

Assim, o grau de liberdade ou de tirania presente em qualquer governo é, em grande medida, um reflexo da determinação relativa dos que vivem em sujeição para serem livres e da vontade e capacidade destes de resistirem às tentativas de subjugação.

Ao contrário do que muitos pensam, mesmo as ditaduras totalitárias estão dependentes da população e das sociedades que governam. Conforme notou o cientista político Karl W. Deutsch, em 1953:

O poder totalitário só é forte se não tiver de ser usado com demasiada frequência. Se tiver de ser aplicado em permanência a toda a população, é provável que não dure muito tempo. Uma vez que necessitam de mais poder para lidar com os que se encontram sob o seu domínio do que outros tipos de governo, os regimes totalitários precisam também de se apoiar em hábitos de obediência generalizados e fiáveis; mais do que isso, têm de saber que podem contar com o apoio activo de uma camada importante da população, caso necessitem.⁸

John Austin, teórico do direito inglês do século XIX, descreveu o confronto entre uma ditadura e uma população descontente. Segundo Austin, se a maioria da população decidisse destruir o governo e, para tal, estivesse pronta a tolerar a repressão, então as forças governamentais e os seus apoiantes seriam incapazes de manter o governo odiado, mesmo que este beneficiasse de ajuda externa. Depois de um desafio semelhante, seria impossível forçar o povo a retomar hábitos de obediência e sujeição permanentes, concluiu Austin.⁹

Muito antes, Nicolau Maquiavel afirmava que o príncipe «que tem o povo como inimigo nunca estará em segurança; e quanto maior for a sua crueldade, mais fraco se tornará o seu regime.»¹⁰

A aplicação prática destas ideias no plano político foi demonstrada pelos heróicos noruegueses que resistiram à ocupação nazi e, como vimos no capítulo 1, pelos corajosos polacos, alemães, checos, eslovacos e muitos outros, que resistiram à agressão e à ditadura soviética, com isso contribuindo para a derrocada do domínio comunista na Europa. Não estamos, decerto, perante um fenómeno inédito: já a partir de 494 a.C é possível identificar casos de resistência nãoviolenta, mais

especificamente quando a plebe se recusou a colaborar com os patrícios romanos, seus senhores.¹¹ Povos da Ásia, África, Américas, Australásia e ilhas do Pacífico, bem como da Europa, recorreram à luta nãoviolenta em diferentes momentos históricos.

Assim, três dos factores mais importantes que permitem determinar o grau de controlo do poder de um governo são: (1) o *desejo* relativo do povo de impor limites ao poder governamental; (2) a *força* relativa das organizações independentes e das instituições para anularem colectivamente as fontes do poder; e (3) a *capacidade* relativa da população para recusar consentimento e assistência.

Centros do poder democrático

Uma das características de uma sociedade democrática é a existência, à margem do Estado, de uma grande diversidade de grupos e instituições não governamentais de que fazem parte, por exemplo, as famílias, as organizações religiosas, as associações culturais, os clubes desportivos, as instituições económicas, os sindicatos, as associações estudantis, os partidos políticos, as comunidades rurais, as associações de bairro, as sociedades literárias e outras. Estes organismos são importantes na forma como definem seus próprios objectivos e também porque contribuem para satisfazer necessidades sociais.

Além disso, a importância política destes organismos é fundamental porque criam estruturas de grupo e institucionais através das quais o povo pode influenciar o modo como está a ser conduzida a sociedade em que se insere e resistir à pressão de outros grupos ou do governo quando a actuação

destes colide com os seus interesses, actividades ou objectivos. Os indivíduos isolados, sem pertença a estes grupos, são geralmente incapazes de ter um impacto importante na sociedade, ainda menos no governo, e certamente nunca numa ditadura.

Assim, se a autonomia e a liberdade destes organismos for limitada pelos ditadores, a população ficará relativamente indefesa. Mais do que isso, se estas instituições podem ser controladas de forma ditatorial pelo poder central ou substituídas por outras, mais controladas, também podem ser usadas para dominar os seus membros e os sectores da sociedade em que actuam.

No entanto, se a autonomia e a liberdade destas instituições civis independentes (à margem do controlo governamental) puder ser mantida ou reconquistada, elas serão extremamente importantes na prática do desafio político. Os exemplos citados de desintegração ou enfraquecimento de ditaduras têm em comum a corajosa aplicação *em massa* da estratégia do desafio político, pela população e pelas suas instituições.

Conforme referido, estes centros de poder constituem as bases institucionais a partir das quais a população pode fazer pressão ou resistir a controlos ditatoriais. No futuro, farão parte da indispensável base estrutural de uma sociedade livre. A sua independência e expansão constantes são muitas vezes uma condição prévia para o sucesso da luta pela libertação.

Se a ditadura tiver logrado destruir ou controlar os organismos independentes da sociedade, será importante que os resistentes criem novos grupos sociais independentes e instituições, ou reafirmem o controlo democrático dos organismos sobreviventes ou parcialmente controlados. Durante a Revolução Húngara de 1956-1957, surgiram inúmeros concelhos de

democracia directa que chegaram a unir-se para estabelecer, durante algumas semanas, um sistema federado de instituições e governação. Na Polónia, no final da década de 1980, os trabalhadores mantiveram vivo o sindicato ilegal Solidariedade e em alguns casos assumiram o controlo dos sindicatos oficiais dominados pelos comunistas. Iniciativas institucionais como estas podem ter consequências políticas muito significativas.

Como é evidente, nada disto significa que é fácil enfraquecer e destruir ditaduras e que todas as tentativas serão bem-sucedidas. Ainda menos significa que a luta não fará vítimas, pois os que se mantiverem ao serviço dos ditadores irão provavelmente retaliar para forçar o povo a ser novamente cooperante e obediente.

Estas perspectivas sobre o poder significam, no entanto, que é possível provocar deliberadamente a desagregação das ditaduras. Estas têm características específicas que as tornam bastante vulneráveis a uma campanha de desafio político bem executada. Analisemo-las mais de perto.

CAPÍTULO 4

Pontos fracos das ditaduras

As ditaduras parecem muitas vezes invulneráveis. Os serviços de informações, a polícia, as forças militares, as prisões, os campos de concentração e os esquadrões da morte são controlados por um círculo restrito de indivíduos poderosos e privilegiados. As finanças de um país, os seus recursos naturais e a sua capacidade produtiva são frequentemente pilhados de forma arbitrária pelos ditadores e usados para fazer valer a sua vontade.

Em comparação, as forças da oposição democrática são repetidamente descritas como muito fracas, ineficazes e impotentes. Esta percepção de invulnerabilidade confrontada com a impotência torna a oposição efectiva uma realidade improvável.

Não é bem assim.

Identificar o calcanhar de Aquiles

Um mito da Grécia Antiga ilustra bem a vulnerabilidade dos que são tidos como invulneráveis. Nada conseguia atingir o guerreiro Aquiles, nenhuma espada penetrava a sua pele. Quando ainda era bebé, a mãe mergulhara-o nas águas do Estige, o rio mágico, protegendo assim o seu corpo contra todos os perigos. Havia, no entanto, um problema. Uma vez que o bebé fora suspenso pelo calcanhar para não ser arrastado pelas águas, essa

pequena parte do seu corpo não fora banhada pelas águas mágicas. Na idade adulta, todos consideravam Aquiles invulnerável às armas dos inimigos. Numa batalha travada durante a Guerra de Tróia, porém, sem dúvida instruído por alguém conhecedor desta fraqueza, um soldado inimigo apontou a sua flecha ao calcanhar desprotegido de Aquiles, o único ponto onde podia ser ferido. O golpe revelou-se fatal. Ainda hoje, a expressão «calcanhar de Aquiles» é usada para descrever o ponto vulnerável de uma pessoa, um plano ou uma instituição.

O mesmo princípio se aplica às ditaduras impiedosas. Também elas podem ser conquistadas, mas sê-lo-ão mais rapidamente e com menor custo se primeiro identificarmos os seus pontos fracos e aí concentrarmos o nosso ataque.

Pontos fracos das ditaduras

Entre os pontos fracos das ditaduras, destacam-se os seguintes:

1. A cooperação de uma grande diversidade de pessoas, grupos e instituições necessários ao funcionamento do sistema pode ser restringida ou suprimida.
2. As exigências e os efeitos das anteriores políticas do regime limitam um pouco a sua capacidade para adoptar e pôr em prática políticas divergentes.
3. O funcionamento do sistema pode tornar-se rotineiro e, por isso, menos capaz de se adaptar rapidamente a novas situações.
4. O pessoal e os recursos adstritos às tarefas existentes não podem ser facilmente canalizados para atender a novas necessidades.
5. Temendo desagradar aos seus superiores, os subordinados podem não transmitir as informações exactas ou completas de que os ditadores precisam para tomar decisões.

6. A ideologia pode desgastar-se e os mitos e símbolos do sistema podem tornar-se instáveis.
7. Se existir uma ideologia forte capaz de influenciar a percepção da realidade, uma forte adesão à mesma pode levar a negligenciar a situação e as necessidades reais.
8. A deterioração da eficiência e da competência da burocracia, ou o controlo e a regulamentação excessivos, podem tornar ineficazes as políticas e o funcionamento do sistema.
9. Os conflitos institucionais internos e as rivalidades e hostilidades pessoais podem prejudicar o funcionamento da ditadura, e até destruí-la.
10. Os intelectuais e estudantes podem começar a sentir-se descontentes em relação às condições, às restrições, ao doutrinário e à repressão.
11. Com o tempo, a população em geral pode tornar-se apática, céptica e até hostil ao regime.
12. As diferenças regionais, de classe, culturais ou nacionais podem exacerbar-se.
13. A hierarquia de poder de uma ditadura é sempre um pouco — e, por vezes, muito — instável. Os indivíduos não permanecem sempre na mesma posição, podendo subir ou descer de categoria, ou ser completamente afastados e substituídos.
14. Algumas divisões das forças policiais ou militares podem tentar alcançar objectivos próprios, mesmo que isso implique ir contra a vontade dos ditadores instalados e até recorrer a um golpe de Estado.
15. Uma ditadura recente precisa de tempo para ganhar estabilidade.
16. Numa ditadura, são tantas as decisões tomadas por um número reduzido de pessoas, que é provável que ocorram erros de julgamento, de política e de acção.

17. Se procurar evitar estes perigos e descentralizar os seus processos de tomada de decisão, o regime poderá enfraquecer ainda mais o seu controlo sobre todas as alavancas do poder.

Atacar os pontos fracos das ditaduras

Conhecendo estes pontos fracos intrínsecos, a oposição democrática poderá tentar exacerbar deliberadamente estes «calcanhares de Aquiles» para provocar uma mudança radical no sistema ou precipitar a sua desintegração.

A conclusão é óbvia: apesar da sua força aparente, todas as ditaduras têm pontos fracos, insuficiências internas, rivalidades pessoais, ineficiências institucionais e conflitos entre organizações e departamentos. Com o passar do tempo, estas fragilidades tendem a diminuir a eficácia do sistema e a torná-lo mais vulnerável a novas condições e à resistência deliberada. Nem tudo o que o regime se propõe concretizar é concluído. Certas ordens directas de Hitler, por exemplo, nunca foram cumpridas, porque os subordinados responsáveis pela sua execução se recusaram a fazê-lo. Em determinadas ocasiões, como vimos, o regime ditatorial pode até esboroar-se rapidamente.

Tal não significa, porém, que as ditaduras possam ser destruídas sem riscos e sem perda de vidas humanas. Todas as acções que tenham por objectivo a libertação envolvem riscos e sofrimento e precisam de tempo. É evidente que nenhum meio de acção pode garantir um sucesso rápido em todas as situações. No entanto, os tipos de luta direccionados para os pontos fracos identificáveis da ditadura têm mais possibilidades de sucesso do que os que procuram combatê-la nos domínios em que é claramente mais forte. A questão é saber *como* empreender a luta.

CAPÍTULO 5

O exercício do poder

No capítulo 1, referimos que a resistência armada não atinge as ditaduras nos seus pontos mais fracos, mas sim nas dimensões em que elas são mais fortes. Ao optarem por competir nos domínios das forças armadas, munições, tecnologia de armamento e afins, os movimentos de resistência tendem a colocar-se numa posição claramente desvantajosa. As ditaduras conseguem ser quase sempre superiores nestas áreas. Igualmente mencionados foram os perigos de confiar em potências estrangeiras salvadoras. No capítulo 2, analisámos os problemas inerentes ao recurso à negociação para derrubar as ditaduras.

Quais são então os meios capazes de dar à resistência democrática vantagens claras e que tenderão a exacerbar os pontos fracos das ditaduras já identificados? Que técnica de acção tirará proveito da teoria do poder político abordada no capítulo 3? A resposta é o desafio político.

O desafio político apresenta as seguintes características:

- Não aceita que o desfecho seja determinado por formas de luta escolhidas pela ditadura;
- É difícil de combater pelo regime;
- Consegue exacerbar de forma ímpar os pontos fracos da ditadura e suprimir as suas fontes de poder;

- A sua acção pode ser extremamente dispersa ou concentrar-se num objectivo específico;
- Leva os ditadores a cometerem erros de julgamento e de acção;
- Pode recorrer de forma eficaz ao conjunto da população e aos grupos e instituições da sociedade na luta para pôr fim ao domínio brutal exercido por um grupo restrito de indivíduos;
- Contribui para a distribuição de poder efectivo na sociedade, aumentando a possibilidade de instaurar e manter uma sociedade democrática.

Funcionamento da luta nãoviolenta

À semelhança dos meios militares, é possível recorrer ao desafio político para alcançar diferentes objectivos, desde iniciativas destinadas a levar os oponentes a empreender acções diferentes, à criação de condições favoráveis à resolução pacífica dos conflitos ou à desagregação do regime oponente. Contudo, o desafio político funciona de maneiras muito distintas da violência. Embora as duas técnicas sejam formas de conduzir a luta, cumprem a sua função através de meios muito diferentes e com consequências igualmente distintas. As modalidades e os resultados do conflito violento são bem conhecidos. A utilização de armas físicas visa intimidar, ferir, matar e destruir.

A luta nãoviolenta é uma forma de luta muito mais complexa e variada do que a violência. Socorre-se de um arsenal de armas psicológicas, sociais, económicas e políticas utilizadas pela população e pelas instituições sociais, que são designadas

como protestos, greves, nãocooperação, boicotes, descontentamento e poder popular. Como referido anteriormente, um governo só consegue governar depois de assegurar as fontes necessárias ao poder, ou seja, a cooperação, a submissão e a obediência da população e das instituições sociais. O desafio político, ao contrário da violência, é particularmente adequado à destruição dessas fontes de poder.

Armas e disciplina nãoviolentas

Um erro frequente em campanhas improvisadas de desafio político foi a sua dependência relativamente a um ou dois métodos, como as greves e as manifestações de massas. Na verdade, são muitos os métodos que permitem aos estrategas dos movimentos de resistência concentrarem ou dispersarem as acções em função das necessidades.

Foram reconhecidos cerca de 200 métodos específicos de acção nãoviolenta, mas muitos outros existirão, certamente. Dividem-se em três grandes categorias: o protesto e a persuasão; a nãocooperação; e a intervenção. Os métodos de protesto e de persuasão nãoviolentos são, em grande parte, manifestações simbólicas em que se incluem os cortejos, as marchas e as vigílias (54 métodos). A nãocooperação divide-se em três subcategorias: (a) nãocooperação social (16 métodos), (b) nãocooperação económica, incluindo boicotes (26 métodos) e greves (23 métodos) e (c) nãocooperação política (38 métodos). O último grupo corresponde à intervenção nãoviolenta, incluindo os meios psicológicos, físicos, sociais, económicos ou políticos, como o jejum, a ocupação nãoviolenta e o governo paralelo (41 métodos). No anexo 1, encontra-se uma lista de 198 métodos deste tipo.

O uso de um número considerável destes métodos — cuidadosamente seleccionados, executados com perseverança e em grande escala por civis treinados, no quadro de uma estratégia sensata, e apoiados em táticas adequadas — poderá criar sérios problemas a qualquer regime ilegítimo. Isto é válido para todas as ditaduras.

Ao contrário dos meios militares, os métodos da luta não-violenta podem ser orientados directamente para os problemas em jogo. Por exemplo, visto que a ditadura é uma questão essencialmente política, as formas políticas de luta nãoviolenta tornam-se cruciais. Entre elas estão a recusa da legitimidade do ditador e a nãocooperação com o seu regime. A nãocooperação também pode ser utilizada contra políticas específicas. Em determinadas ocasiões, o protelamento e a procrastinação podem ser praticados discretamente e até em segredo, enquanto noutras a desobediência declarada e as manifestações públicas de desafio, assim como as greves, podem ser organizadas à vista de todos.

Por outro lado, se a ditadura for vulnerável a pressões económicas, ou se muitas das queixas populares contra ela forem de ordem económica, os métodos de resistência mais apropriados podem ser as acções de natureza económica, como os boicotes ou as greves. A resposta aos esforços dos ditadores para explorar o sistema económico podem ser as greves gerais limitadas, as greves de zelo e a recusa de assistência por parte de especialistas indispensáveis (ou o seu desaparecimento). A utilização selectiva de diversos tipos de greves pode ser direccionada para sectores-chave da indústria, transportes, fornecimento de matérias-primas ou para a distribuição de produtos.

Alguns métodos de luta nãoviolenta exigem que os indivíduos envolvidos executem tarefas que não fazem parte da sua

rotina habitual, como distribuir folhetos, manobrar uma máquina de impressão clandestina, fazer greve de fome, ou sentar-se na rua como forma de protesto. Alguns indivíduos podem ter dificuldade em pôr em prática estes métodos, excepto em situações muito extremas.

Outros métodos de luta nãoviolenta, pelo contrário, exigem que os envolvidos prossigam com a sua vida habitual, embora fazendo pequenas mudanças. Por exemplo, podem apresentar-se no local de trabalho como de costume, em vez de fazerem greve, e trabalhar mais devagar ou com menos eficácia; cometer «erros» deliberadamente e com mais frequência; «adoecer» e «não conseguir» trabalhar em determinados períodos; ou, muito simplesmente, recusar-se a trabalhar. Também podem assistir a cerimónias religiosas quando estas traduzem não só convicções religiosas mas também políticas; proteger as crianças da propaganda oficial através do ensino em casa ou em turmas clandestinas; recusar a adesão a certas organizações «recomendadas» ou cuja frequência é exigida e às quais anteriormente não se teriam juntado de livre vontade. Para muitos, as semelhanças entre este tipo de acções e as suas actividades habituais e as poucas diferenças em relação à sua vida corrente facilitam a sua participação na luta pela libertação nacional.

Uma vez que a luta nãoviolenta e a violência actuam de maneiras fundamentalmente diferentes, até recorrer a apenas algumas formas de resistência violenta durante uma campanha de desafio político será contraproducente, pois estas alterarão o carácter do combate, transformando-o numa luta em que os ditadores dispõem de uma vantagem indiscutível (a guerra armada). A disciplina nãoviolenta é uma chave para o sucesso e deve ser mantida, a despeito das provocações e da brutalidade dos ditadores e dos seus agentes.

A manutenção da disciplina nãoviolenta contra oponentes violentos facilita o funcionamento dos quatro mecanismos de mudança da luta nãoviolenta (descritos abaixo). A disciplina nãoviolenta também é extremamente importante para o processo de jiu-jitsu político. Neste, os actos de brutalidade flagrante praticados pelo regime contra os resistentes manifestamente nãoviolentos revertem contra os ditadores no plano político, semeando a discórdia entre os seus seguidores e fomentando o apoio aos resistentes junto da população, dos habituais apoiantes do regime e de entidades externas.

Em determinados casos, porém, a violência limitada contra a ditadura pode ser inevitável. É possível que a frustração e o ódio em relação ao regime irrompam na forma de violência. Ou então, determinados grupos podem não estar dispostos a abdicar dos meios violentos, apesar de reconhecerem a importância da luta nãoviolenta. Nestas situações, o desafio político não deve ser abandonado. Seja como for, será necessário separar tanto quanto possível a acção violenta da acção nãoviolenta, quer no plano geográfico, quer no que diz respeito a grupos populacionais e à escolha dos momentos de intervenção e áreas de conflito. De outro modo, a violência pode ter consequências desastrosas para a utilização de um método potencialmente muito mais poderoso e eficaz como é o desafio político.

A história mostra-nos que embora numa situação de desafio político sejam de esperar mortos e feridos, estes serão sempre muito inferiores ao número de vítimas causadas pela resistência armada. Além do mais, o desafio político não alimenta o ciclo infundável de mortes e brutalidade.

A luta nãoviolenta requer, e tende a gerar, uma perda (ou um maior controlo) do medo do governo e da sua repressão violenta. Este libertação, ou controlo mais eficaz, do medo é um ele-

mento fulcral para a destruição do poder dos ditadores sobre o conjunto da população.

*Transparência, secretismo
e padrões de conduta elevados*

O secretismo, o artifício e a conspiração clandestina causam graves problemas a qualquer movimento que opte pela acção nãoviolenta. Muitas vezes é impossível manter as intenções e os planos de acção longe do conhecimento dos agentes da polícia política e dos serviços de informação. Do ponto de vista do movimento, o secretismo não só tem origem no medo, como contribui para ele, esmorecendo o espírito de resistência e reduzindo o número de possíveis participantes numa determinada acção. Pode ajudar a fomentar no seio do movimento suspeitas e acusações frequentemente injustificadas em torno da identidade de um informador ou agente ao serviço dos oponentes. O secretismo pode ainda afectar a capacidade de um movimento para se manter nãoviolento. Em contrapartida, a transparência quanto às intenções e aos planos não só terá o efeito contrário, como também ajudará a criar a imagem de um movimento de resistência muito poderoso. O problema é, evidentemente, mais complexo do que estas palavras deixam transparecer e certos aspectos importantes das actividades de resistência podem ter de ser mantidos em segredo. Todos os que conhecem as dinâmicas da luta nãoviolenta e os métodos de vigilância utilizados pela ditadura numa determinada situação específica necessitarão de uma avaliação bem informada.

A edição, impressão e distribuição de publicações clandestinas, a utilização de transmissões radiofónicas ilegais a partir do

país e a recolha de informações sobre as acções da ditadura são algumas das actividades especiais que exigem um elevado grau de confidencialidade.

É necessário manter padrões de conduta elevados em todas as fases do conflito de uma acção nãoviolenta. A coragem e a manutenção da disciplina nãoviolenta são elementos que devem estar sempre presentes. É importante não esquecer que a consolidação de mudanças específicas pode frequentemente exigir a intervenção de um grande número de pessoas. Todavia, esta participação em grande escala só pode ser garantida se o movimento se pautar por padrões de conduta elevados.

Alteração das relações de poder

64

GENE SHARP

Os autores da estratégia não devem esquecer que os conflitos a que a técnica do desafio político se aplica são questões em constante transformação devido à permanente sucessão de golpes e contragolpes. Nada é estático. As relações de poder, tanto absolutas como relativas, estão sujeitas a mudanças rápidas e constantes, só possíveis graças à persistência do movimento resistente em manter uma atitude nãoviolenta, apesar da repressão.

Em situações de conflito como estas, as variações nas relações de poder entre as partes divergentes provavelmente são mais extremas do que nos conflitos violentos, ocorrem com maior rapidez e têm consequências políticas mais variadas e mais expressivas. Devido a estas variações, as repercussões das acções específicas empreendidas pelos resistentes podem ultrapassar muito o momento e o lugar específicos em que ocorrem. Estes efeitos, por seu turno, acabam por fortalecer ou enfraquecer um ou outro grupo.

Além disso, o grupo nãoviolento, através das suas acções, pode ter uma forte influência no aumento ou na diminuição da força relativa do *grupo oponente*. Por exemplo, a resistência nãoviolenta, corajosa e disciplinada aos actos de brutalidade do ditador pode causar mal-estar, descontentamento, perda de confiança e até, em situações extremas, levar à sublevação entre as tropas e a população leais ao ditador. Esta resistência pode mesmo suscitar uma condenação ainda mais veemente da ditadura por parte da comunidade internacional. Além disso, uma utilização persistente, disciplinada e inteligente do desafio político pode fazer subir os níveis de participação no movimento de resistência e atrair indivíduos que, em circunstâncias normais, concederiam apoio tácito aos ditadores ou manteriam a neutralidade em relação ao conflito.

Quatro mecanismos de mudança

A luta nãoviolenta provoca mudanças de quatro maneiras distintas. O primeiro mecanismo também é o menos frequente, embora já tenha sido utilizado. Quando os membros do grupo oponente se sentem emocionalmente abalados pelo sofrimento causado pela repressão nos resistentes corajosos e nãoviolentos, ou quando são persuadidos de forma racional de que a causa dos resistentes é justa, podem vir a aceitar os objectivos dos resistentes. É a chamada *conversão*. Embora se tenham verificado alguns casos de conversão no âmbito de acções nãoviolentas, estes são raros e nunca acontecem na maioria dos conflitos, ou são pouco relevantes.

Muito mais frequentemente, a luta nãoviolenta funciona porque consegue alterar a situação do conflito e da sociedade, de

maneira a impedir os oponentes de fazerem o que bem entenderem. Esta mudança dá azo aos restantes três mecanismos: a acomodação, a coerção nãoviolenta e a desintegração. A ocorrência de um em detrimento de outro depende do peso dos democratas no que diz respeito às relações de poder relativo e absoluto.

Se não estiverem em causa questões fundamentais, se as reivindicações da oposição numa campanha limitada não forem consideradas ameaçadoras, se a relação de forças tiver provocado alguma alteração nas relações de poder, o conflito poderá terminar com um acordo, um meio-termo ou um compromisso. Este mecanismo denomina-se *acomodação*. Muitas greves são resolvidas assim, quando os dois lados garantem uma parte mas não a totalidade dos seus objectivos. Um governo pode reconhecer a existência de alguns benefícios positivos num acordo deste tipo: alívio da tensão, projecção de uma imagem de «equidade» ou melhoria da imagem do regime no plano internacional. É, por isso, importante proceder a uma selecção muito criteriosa das questões em que é possível avançar para um acordo por acomodação. A luta para derrubar uma ditadura não é uma delas.

A luta nãoviolenta pode ser muito mais poderosa do que sugerem os mecanismos de conversão ou acomodação. A nãocooperação de massas e o desafio podem mudar de tal maneira as situações sociais e políticas, e em particular as relações de poder, que o ditador deixa efectivamente de ter capacidade para controlar os processos económicos, sociais e políticos do governo e da sociedade. As forças militares dos oponentes podem tornar-se tão pouco fiáveis, que deixam simplesmente de obedecer às ordens para reprimir os resistentes. Embora os dirigentes do movimento de oposição mantenham as suas posições e dêem continuidade aos seus objectivos iniciais, perdem a capacidade de actuar com eficácia. A isto se chama *coerção nãoviolenta*.

Em certas situações extremas, as condições que estão na origem da coerção nãoviolenta são levadas ainda mais longe. Com efeito, os dirigentes da facção oponente perdem toda a capacidade de agir, e a sua própria estrutura de poder desmorona-se. O autocontrolo, a nãocooperação e o desafio dos resistentes tornam-se tão completos, que os seus oponentes deixam mesmo de fingir que os controlam. O edifício burocrático da facção oponente recusa-se a obedecer às chefias. As tropas e as forças policiais amotinam-se. Os habituais apoiantes do regime ou a população repudiam os antigos dirigentes, negando-lhes todo e qualquer direito de governar. Assim, o apoio e obediência que antes recebiam desaparecem. O quarto mecanismo de mudança, a *desintegração* do sistema dos oponentes, é tão completo, que estes não têm sequer força suficiente para capitularem. O regime simplesmente desmorona-se.

É importante ter em mente estes quatro mecanismos no planeamento das estratégias de libertação. Apesar de por vezes funcionar de forma aleatória, a escolha de um ou de vários destes mecanismos de mudança permitirá definir estratégias específicas que se reforçarão mutuamente. Esta escolha depende de vários factores, entre os quais se destacam o poder absoluto e relativo dos grupos rivais, bem como as atitudes e os objectivos dos resistentes nãoviolentos.

Efeitos democratizadores do desafio político

Em contraste com os efeitos centralizadores das sanções violentas, o uso da técnica de luta nãoviolenta contribui de diversas maneiras para a democratização da sociedade política.

Uma parte deste efeito democratizador é negativa. Ou seja, ao contrário dos meios militares, estas técnicas não funcionam como instrumento de repressão controlado por uma elite dirigente contra a população para instalar ou manter uma ditadura. Os dirigentes de um movimento de desafio político podem influenciar e exercer pressão sobre os seus seguidores, mas não podem detê-los nem executá-los quando manifestam desacordo ou escolhem outros dirigentes.

A outra parte do efeito democratizante é positiva. A luta nãoviolenta proporciona à população formas de resistência que podem ser usadas para conquistar e defender as suas liberdades contra ditadores presentes ou futuros. Seguem-se alguns dos efeitos democratizadores positivos da luta nãoviolenta:

- A experiência da luta nãoviolenta pode incutir mais confiança na população para desafiar as ameaças do regime e a sua estrutura repressiva;
- A luta nãoviolenta fornece os meios de nãocooperação e desafio através dos quais a população pode resistir ao controlo antidemocrático de qualquer grupo ditatorial;
- A luta nãoviolenta pode ajudar a afirmar o exercício de liberdades democráticas, como a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, as organizações independentes e a liberdade de reunião, em face de um controlo repressivo;
- A luta nãoviolenta contribui fortemente para a sobrevivência, o renascimento e o fortalecimento dos grupos independentes e instituições sociais, como referido anteriormente. Estes são importantes para a democracia devido à sua capacidade de mobilizar o poder potencial da população e impor limites ao poder de potenciais ditadores;

- A luta nãoviolenta oferece à população os meios para fazer valer o seu poder contra uma polícia repressiva e uma acção militar ordenada pelo governo ditatorial;
- A luta nãoviolenta fornece métodos para a população e as instituições independentes restringirem ou eliminarem, em nome da democracia, as fontes de poder da elite dirigente e assim ameaçarem a sua capacidade de continuar a exercer o seu domínio.

Complexidade da luta nãoviolenta

Como vimos, a luta nãoviolenta é uma técnica complexa de acção social que envolve uma grande diversidade de métodos, um conjunto de mecanismos de mudança e exige comportamentos específicos. Para ser eficaz, sobretudo contra uma ditadura, o desafio político exige planeamento e uma preparação cuidadosa. Os participantes potenciais têm de compreender o que se espera deles. Os recursos têm de estar disponíveis. E os responsáveis pela estratégia terão de identificar as formas de luta nãoviolenta mais eficazes. Concentremo-nos agora neste último elemento, que é crucial: a necessidade de um planeamento estratégico.



CAPÍTULO 6

Necessidade de planeamento estratégico

As campanhas de desafio político contra ditaduras podem começar de diferentes maneiras. No passado, estas lutas sucederam-se quase sempre de forma imprevista e fortuita. As injustiças específicas que desencadearam essas primeiras acções eram muito variadas, mas com frequência envolviam a prática de novos actos de brutalidade, a detenção ou o assassinio de uma personalidade respeitada, a introdução de uma nova política ou ordem repressivas, a escassez de bens alimentares, o desrespeito por crenças religiosas ou o aniversário de um acontecimento importante. Em determinadas ocasiões, um acto concreto da ditadura deixou a população de tal maneira encolerizada, que esta passou à acção sem fazer ideia de qual seria o desfecho da revolta. Noutras, foi a iniciativa de um indivíduo ou de um pequeno grupo de pessoas corajosas que conquistou apoiantes. Uma injustiça concreta pode ser reconhecida por muitos como semelhante à injustiça que eles próprios sofreram e incitá-los a juntarem-se à luta. Por vezes, um apelo específico à resistência vindo de um pequeno grupo ou de um indivíduo pode suscitar uma reacção inusitadamente forte.

Embora dotada de algumas dimensões positivas, por várias vezes a espontaneidade se tem revelado prejudicial. Em muitos casos, os resistentes democráticos não conseguiram prever os actos brutais da ditadura, o que lhes custou grande

sofrimento e a desagregação do movimento. Noutros, a falta de planeamento dos democratas fez com que decisões cruciais ficassem entregues ao acaso, o que desencadeou resultados desastrosos. Mesmo após o derrube do sistema repressivo, a ausência de planeamento da transição para um sistema democrático contribuiu para o aparecimento de uma nova ditadura.

Planeamento realista

No futuro, a acção popular espontânea desempenhará, sem dúvida, um papel importante nas revoltas contra as ditaduras. Hoje, no entanto, é possível definir as formas mais eficazes de derrubar uma ditadura, identificar o momento em que a situação política e a disposição da população são favoráveis a uma iniciativa deste tipo e escolher a maneira de iniciar uma campanha. Para se escolher as vias eficazes que permitirão a conquista da liberdade em tais circunstâncias é indispensável proceder a uma reflexão profunda, *baseada numa avaliação realista* da situação e das capacidades da população.

Quando se pretende concretizar algo, é conveniente e sensato ter um plano. Quanto mais importante for o objectivo a alcançar, ou quanto mais graves forem as consequências do fracasso, mais importante será o planeamento. O planeamento estratégico aumenta a probabilidade de se mobilizar todos os recursos disponíveis, assim como a eficácia da sua utilização. Isto é particularmente verdadeiro para um movimento democrático — que dispõe de recursos materiais limitados e cujos apoiantes estão expostos ao perigo — que procura derrubar uma ditadura poderosa. Em contrapartida, na maioria das ve-

zes a ditadura tem acesso a vastos recursos materiais, capacidade organizativa e poder para perpetrar actos cruéis.

«Planear uma estratégia» significa, neste contexto, definir uma linha de acção que permitirá alcançar com mais segurança a situação futura desejada a partir da situação presente. No âmbito da nossa discussão, isso significa passar de uma ditadura para um sistema democrático. O plano para alcançar esse objectivo consiste geralmente numa série de campanhas e outras actividades organizadas por etapas, com o fim de fortalecer a população e a sociedade oprimidas e de enfraquecer a ditadura. Refira-se que o objectivo não é simplesmente destruir a ditadura em funções, mas sim instituir um sistema democrático. Uma grande estratégia que circunscreva o objectivo à mera destruição da ditadura instalada corre o sério risco de permitir o aparecimento de outro tirano.

Obstáculos ao planeamento

Em diversas regiões do mundo, alguns defensores da liberdade não tiram pleno partido das suas capacidades para alcançar a libertação. Estes paladinos só raramente reconhecem a enorme importância de um planeamento estratégico cuidadoso antes da passagem à acção. Por isso, descuram este factor.

Como é possível que os que sonham conquistar a liberdade política para o seu povo só muito raramente preparem um plano estratégico completo para concretizar esse objectivo? Infelizmente, a maior parte dos membros dos grupos de oposição democrática não entende a necessidade de um plano estratégico, não está habituada a pensar dessa forma, nem foi sequer treinada para tal. É uma tarefa difícil. Permanentemente

perseguidos pela ditadura e assoberbados por responsabilidades prementes, muitas vezes os líderes dos movimentos de resistência não dispõem da segurança nem do tempo necessários para exercitar o pensamento estratégico.

Ao invés, seguem a prática corrente, limitando-se a reagir às iniciativas da ditadura. A oposição está sempre na defensiva, a tentar conservar liberdades restritas ou bastiões de liberdade. No melhor dos casos, consegue atrasar o avanço do controlo ditatorial ou perturbar a entrada em vigor de novas políticas do regime.

Alguns indivíduos e grupos podem não perceber que um movimento de libertação precisa de um planeamento abrangente a longo prazo. Pelo contrário, pensam ingenuamente que se abraçarem a sua causa com firmeza, determinação e por tempo suficiente, esta acabará por se concretizar. Outros presumem que, contentando-se em viver e enfrentar as adversidades de acordo com os seus princípios e ideais, estarão a fazer todos os possíveis para os tornar realidade. Tanto a defesa de objectivos humanitários como a lealdade aos ideais são comportamentos admiráveis. No entanto, revelam-se totalmente inadequados quando se trata de pôr fim a uma ditadura e alcançar a liberdade.

Outros oponentes da ditadura podem pensar, com igual ingenuidade, que a liberdade só sobrevirá com o recurso à violência. Todavia, como observámos anteriormente, a violência não é garantia de sucesso. Em vez da libertação, pode trazer a derrota, uma imensa tragédia, ou ambas. Na maioria dos casos, a ditadura está mais bem apetrechada para o combate violento, e as realidades militares raramente, para não dizer nunca, favorecem os democratas. Alguns activistas agem com base no que «sentem» que devem fazer. Além de serem egocêntricas, estas

abordagens também não definem linhas de orientação que ajudem a desenvolver uma grande estratégia de libertação.

A acção assente na «ideia brilhante» de um indivíduo também tem as suas limitações. É necessária uma iniciativa que resulte de uma reflexão séria sobre qual o «próximo passo» a dar para eliminar a ditadura. Sem uma análise estratégica, os líderes da resistência não saberão qual deverá ser o «próximo passo», pois não reflectiram seriamente sobre as sucessivas etapas específicas que é necessário cumprir para alcançar a vitória. A criatividade e as ideias brilhantes são muito importantes, mas devem ser utilizadas para promover a situação estratégica das forças democráticas.

Plenamente conscientes da grande diversidade de acções que é possível empreender para combater a ditadura, mas não sabendo por onde começar, alguns aconselharão a «fazer tudo em simultâneo». Esta poderá ser uma opção útil, mas não é, evidentemente, possível de concretizar, sobretudo por movimentos relativamente frágeis. Além do mais, este tipo de abordagem não fornece qualquer indicação sobre por onde começar, onde concentrar todos os esforços e como usar recursos que muitas vezes são limitados.

Outros indivíduos e grupos podem perceber a necessidade de planeamento, mas apenas a curto prazo ou numa base táctica. São incapazes de conceber que o planeamento a longo prazo é necessário ou até possível. Em certos momentos, podem não conseguir reflectir e analisar em termos estratégicos, perdendo-se sistematicamente em questões relativamente menores, muitas vezes por reacção às acções dos adversários e não para tomarem a iniciativa da resistência democrática. Dependendo tanta energia em actividades a curto prazo, estes dirigentes descaram linhas de acção alternativas, capazes de manter os

esforços globais do movimento sempre orientados para a concretização dos seus objectivos.

Por outras razões, certos movimentos democráticos optarão por não planear uma estratégia abrangente para derrubar a ditadura, concentrando-se antes nas questões mais prementes. No seu íntimo, não acreditam que a ditadura possa cair graças aos seus esforços. Deste modo, o planeamento é considerado uma perda de tempo romântica ou um exercício fútil. Os povos que lutam pela liberdade contra ditaduras brutais enfrentam muitas vezes forças militares e policiais tão poderosas, que os ditadores lhes parecem dotados de um poder de acção ilimitado. Embora sem esperança, ousam desafiar a ditadura por uma questão de integridade e por razões históricas, talvez. Podem nunca o admitir, nem ter consciência disso, mas as suas acções parecem-lhes vãs e por isso não reconhecem mérito ao planeamento estratégico a longo prazo.

Os resultados desta ausência de planeamento estratégico são frequentemente desastrosos: as forças esgotam-se, as acções empreendidas são ineficazes, desperdiça-se a energia em questões menores, as vantagens não são aproveitadas e os sacrifícios não conduzem a nada. Se os democratas não planeiam uma estratégia, o mais provável é fracassarem nos seus intentos. Uma amálgama grosseira de actividades mal planeadas não fará avançar a resistência. Pelo contrário, muito provavelmente permitirá à ditadura reforçar o seu controlo e o seu poder.

Infelizmente, uma vez que só raramente, ou quase nunca, se concebem planos estratégicos de libertação, as ditaduras parecem muito mais longevas do que na verdade são, sobrevivendo durante mais anos ou décadas do que deveria acontecer.

Quatro termos importantes do planeamento estratégico

Para melhor reflectirmos estrategicamente, é importante clarificar o sentido de quatro termos fundamentais.

Grande estratégia é o conceito que coordena e orienta a utilização de todos os recursos disponíveis e adequados (económicos, humanos, morais, políticos, organizacionais, etc.) por um grupo que procura alcançar os seus objectivos numa situação de conflito.

Ao dar primazia aos objectivos e recursos do grupo envolvido no conflito, a grande estratégia determina qual será a técnica de acção mais adequada (o combate militar convencional ou a luta nãoviolenta). Quando definem uma grande estratégia, os dirigentes do movimento de resistência devem avaliar e prever as pressões e influências a exercer sobre o oponente. Além disso, a grande estratégia deverá definir as condições e os momentos propícios ao lançamento das primeiras campanhas de resistência e daquelas que se lhes seguirem.

A grande estratégia estabelece o enquadramento básico em que as estratégias de luta mais circunscritas se deverão inscrever. Ela define as missões gerais de cada grupo específico e distribui os recursos de que necessitam.

Estratégia é o conceito que determina a melhor maneira de alcançar certos objectivos específicos numa situação de conflito, no âmbito da grande estratégia escolhida. A estratégia define se, quando e como se deve combater, bem como a forma de obter a máxima eficácia na luta para alcançar determinados fins. Enquanto a estratégia pode ser comparada à ideia de um artista, o plano estratégico equivale a um projecto de arquitectura.¹²

Como estratégia podem também ser entendidos os esforços realizados para criar uma situação estratégica extremamente vantajosa, que dê a entender claramente aos oponentes que é provável que um conflito aberto desencadeie a derrota da sua causa, sendo por isso preferível capitular e evitar um confronto directo. Mesmo que tal não se verifique, a melhoria da situação estratégica tornará inquestionável o sucesso da acção empreendida pelos adversários. A estratégia abarca ainda as formas de actuação para fazer bom uso dos sucessos alcançados.

Quando aplicado à experiência da luta propriamente dita, o plano estratégico corresponde à ideia que sustenta o desenrolar de uma campanha e à maneira como as suas diferentes componentes devem combinar-se, de modo a permitir a concretização dos objectivos da forma mais proveitosa possível. Isto implica o destacamento inteligente de grupos de acção específicos para operações de menor escala. Um planeamento sensato deve ter em consideração os requisitos para o êxito da técnica de luta escolhida para a operação. Cada técnica tem os seus, mas para garantir o sucesso não basta cumprir todos os «requisitos», visto que é necessário que estejam reunidos outros factores complementares.

Ao conceberem as estratégias, os democratas devem definir com clareza os seus objectivos e definir formas de avaliar a eficácia dos esforços desenvolvidos para os alcançar. Esta definição e esta análise permitem ao responsável pela estratégia identificar os requisitos adequados para garantir a consecução dos objectivos escolhidos. Aplica-se ao planeamento táctico a mesma necessidade de clareza e de definição.

As tácticas e os métodos de acção são utilizados para aplicar a estratégia. A *táctica* consiste em usar as forças disponíveis da maneira mais hábil possível num contexto limitado. Uma tácti-

ca é uma acção circunscrita, destinada a concretizar um objectivo delimitado. A escolha da tática é regida pela procura da melhor forma de utilizar os meios disponíveis numa fase restrita de um conflito, tendo em vista a aplicação da estratégia. Para que possam ser mais eficazes, as táticas e os métodos devem ser seleccionados e aplicados sem nunca se perder de vista os objectivos estratégicos a alcançar. As conquistas táticas que não contribuam para reforçar a concretização de objectivos estratégicos podem ser um desperdício de energia.

A tática inscreve-se, assim, numa linha de acção limitada que se integra na estratégia global, da mesma maneira que uma estratégia se insere na grande estratégia. A tática implica sempre o combate, enquanto a estratégia convoca considerações mais abrangentes. Uma tática específica só pode ser entendida no contexto de uma estratégia global de uma batalha ou de uma campanha. A tática é aplicada por períodos de tempo mais curtos do que a estratégia, ou em áreas mais circunscritas (geográficas, institucionais, etc.), ou por um número mais restrito de indivíduos, ou tendo em vista a concretização de objectivos mais limitados. Numa acção nãoviolenta, a distinção entre um objectivo tático e um objectivo estratégico pode ser parcialmente determinada pela maior ou menor importância do objectivo da acção.

As ofensivas táticas têm como finalidade contribuir para o alcance de objectivos estratégicos. As operações táticas são os instrumentos que permitem aos autores da estratégia criar as condições favoráveis para lançar ataques decisivos contra um oponente. É, por isso, de extrema importância que os responsáveis pelo planeamento e pela execução dessas operações sejam capazes de avaliar a situação e de seleccionar os métodos que mais se adequam a ela. Os eventuais participantes devem

receber formação para saberem utilizar a técnica escolhida e os métodos de luta específicos.

O *método* refere-se às armas específicas ou aos meios de acção. No contexto da técnica de luta nãoviolenta, incluem as dezenas de acções específicas (como inúmeros tipos de greve, boicotes, nãocooperação política e outros) mencionadas no capítulo 5 (ver também anexo I).

A concepção de um plano estratégico responsável e eficaz para uma luta nãoviolenta depende da organização e da selecção cuidadosa da grande estratégia, das estratégias, das tácticas e dos métodos.

A grande lição a retirar desta discussão é a de que a libertação de uma ditadura só é possível com um planeamento estratégico rigoroso que convoque todas as nossas capacidades intelectuais. Não conceber um plano inteligente pode conduzir ao desastre, enquanto uma utilização eficaz das nossas capacidades intelectuais pode determinar a linha de acção estratégica que, mediante uma utilização criteriosa dos recursos disponíveis, permita à sociedade alcançar a liberdade e a democracia.

CAPÍTULO 7

Planeamento da estratégia

A fim de aumentar as probabilidades de sucesso, os dirigentes da resistência devem desenhar um plano de acção global, capaz de reforçar a determinação do povo sofredor, enfraquecer e destruir a ditadura e também construir uma democracia estável. Um plano de acção deste tipo exige uma avaliação criteriosa da situação e das alternativas de acção eficazes. Com base nesta análise rigorosa, é possível conceber uma grande estratégia, bem como estratégias específicas que permitam conquistar a liberdade. Embora ligadas entre si, a grande estratégia e as estratégias específicas implicam dois processos distintos. As estratégias específicas só poderão ser desenvolvidas depois da grande estratégia, e devem ser concebidas de modo a tornarem alcançáveis os objectivos da grande estratégia, reforçando-os.

A concepção de uma estratégia de resistência exige uma grande atenção a numerosas questões e tarefas. Identificaremos alguns dos factores importantes que devem ser ponderados tanto no plano da grande estratégia, como no da estratégia de campanha. Qualquer planeamento estratégico, porém, exige que os organizadores do movimento de resistência tenham um conhecimento profundo de todos os aspectos do conflito, incluindo dos seus factores físicos, históricos, governamentais, militares, culturais, sociais, políticos, psicológicos, económicos e

internacionais. Não é possível definir uma estratégia sem ter em conta o contexto e os antecedentes específicos de um conflito.

Particularmente importante para os dirigentes democráticos e para os responsáveis pela estratégia é a avaliação dos objectivos e da importância da causa. Será que os objectivos justificam um combate de grande envergadura? E porquê? É fundamental definir o verdadeiro objectivo da luta. Já aqui foi dito que o derrube da ditadura ou o afastamento do ditador em funções *não* é suficiente. Em conflitos como este, o objectivo deve ser a instituição de uma sociedade livre, dotada de um sistema de governo democrático. A clareza quanto a este ponto repercutir-se-á no desenvolvimento da grande estratégia e das estratégias específicas que dela decorrem.

Os responsáveis pela estratégia terão de responder a várias perguntas fundamentais, nomeadamente:

- Quais são os principais obstáculos à conquista da liberdade?
- Que factores facilitam a conquista da liberdade?
- Quais são os principais pontos fortes da ditadura?
- Quais são os diferentes pontos fracos da ditadura?
- Qual é o grau de vulnerabilidade das fontes de poder da ditadura?
- Quais são os pontos fortes das forças democráticas e da população em geral?
- Quais são os pontos fracos das forças democráticas e como podem ser corrigidos?
- Qual o estatuto de terceiros que, não estando directamente envolvidos no conflito, já participam ou poderão vir a participar nele, quer do lado da ditadura, quer do lado do movimento democrático? E se vierem a estar envolvidos, que formas poderá assumir este envolvimento?

Escolha dos meios

No quadro da grande estratégia, os seus organizadores deverão escolher as principais formas de luta no confronto que se avizinha. Deverão também avaliar os méritos e as limitações de diferentes técnicas de luta alternativas, como o combate militar convencional, a guerra de guerrilha, o desafio político e outras.

Ao procederem a esta escolha, os autores da estratégia deverão ponderar as seguintes questões: o tipo de luta escolhido está ao alcance das capacidades dos democratas? A técnica escolhida capitaliza os pontos fortes da população dominada? Esta técnica visa atingir os pontos fracos da ditadura ou os seus pontos mais fortes? Os meios existentes ajudam os democratas a ganhar mais autonomia, ou torná-los-ão dependentes de terceiros ou de fornecedores externos? Qual o registo de eficácia dos meios escolhidos no derrube de ditaduras? Poderão aumentar ou limitar o número de vítimas e destruições no decurso do confronto que se avizinha? Presumindo que a queda da ditadura é coroada de êxito, qual será o efeito dos meios escolhidos no tipo de governo que surgirá, uma vez findo o conflito? Os tipos de acção que sejam considerados contraproducentes devem ser excluídos da grande estratégia.

Nos capítulos anteriores, sustentámos que o desafio político apresenta vantagens significativas em relação a outras técnicas de luta. Os responsáveis pela estratégia deverão analisar a situação específica de conflito que enfrentam e decidir se o desafio político dá ou não respostas positivas às perguntas referidas acima.

Planear tendo em vista a democracia

Importa lembrar que o objectivo de uma grande estratégia de luta contra uma ditadura não é apenas afastar os ditadores, mas também instituir um sistema democrático e impedir o aparecimento de uma nova ditadura. Para alcançar estes objectivos, a forma de luta escolhida deverá contribuir para uma mudança na distribuição do poder efectivo na sociedade. Em ditadura, a população e as instituições civis são demasiado fracas, enquanto o governo é demasiado forte. Se este desequilíbrio não se alterar, um novo conjunto de governantes poderá, se o desejar, ser tão ditatorial como o anterior. Uma «revolução palaciana» ou um golpe de Estado são, por isso, soluções indesejáveis.

O desafio político promove uma distribuição mais equitativa do poder efectivo graças à mobilização da sociedade contra a ditadura, como referido no capítulo 5. Este processo manifesta-se de diferentes maneiras. O desenvolvimento da capacidade de luta nãoviolenta indicia que o poder da ditadura para exercer a repressão violenta deixou de intimidar e subjugar a população com a mesma facilidade de antes. Esta passa a dispor de formas poderosas de contrariar e, por vezes, de travar o exercício de poder ditatorial. Além do mais, a mobilização do poder popular pela via do desafio político fortalecerá as instituições independentes da sociedade. O exercício de poder efectivo não é uma experiência que se esqueça facilmente. O conhecimento e as competências adquiridos durante a luta tornam a população menos vulnerável a tentativas de sujeição por potenciais ditadores. Esta alteração nas relações de poder aumenta a probabilidade de se instituir uma sociedade democrática de longa duração.

Ajuda externa

No processo de preparação de uma grande estratégia, é necessário aferir quais serão os contributos da resistência interna e das pressões externas para a desagregação da ditadura. Já explicámos que a força essencial da luta deve provir do país em causa. A ajuda internacional, se de facto chegar, deverá ser fomentada pela luta interna.

As acções para mobilizar a opinião pública mundial contra a ditadura, invocando razões humanitárias, morais e religiosas, podem trazer algumas vantagens. Outras iniciativas no sentido de se persuadir governos e organizações internacionais a decretarem sanções diplomáticas, políticas e económicas contra o regime ditatorial são igualmente possíveis. Estas podem assumir a forma de embargos económicos ou ao fornecimento de armamento militar, redução dos níveis de reconhecimento diplomático ou rompimento de relações diplomáticas, suspensão da ajuda económica e proibição de investimentos no país governado por um regime ditatorial, ou expulsão do governo ditatorial de diversas organizações internacionais e organismos das Nações Unidas. Além disso, as forças democráticas também poderão receber ajudas internacionais directas na área financeira e no domínio das comunicações.

Elaboração de uma grande estratégia

Avaliada a situação, escolhidos os meios e definido o papel a desempenhar pela ajuda externa, os autores da grande estratégia terão de definir em linhas gerais a melhor maneira de conduzir as operações. Este plano mais amplo deve partir do presente e

prolongar-se até à futura libertação e instituição de um sistema democrático. Os responsáveis pela estratégia devem reflectir sobre inúmeras questões. As perguntas seguintes referem-se (com mais precisão do que anteriormente) aos aspectos a ter em conta na definição de uma grande estratégia para uma luta de desafio político.

Qual a melhor maneira de iniciar uma luta a longo prazo? Como pode a população oprimida conquistar a autoconfiança e a força suficientes para desafiar a ditadura, mesmo que de uma forma limitada no início? De que maneira se poderá aumentar, com o tempo e a experiência, a capacidade da população para a nãocooperação e o desafio? Quais poderiam ser os objectivos de um conjunto de campanhas restritas para se restabelecer o controlo democrático na sociedade e impor limites à ditadura?

Haverá instituições independentes que tenham sobrevivido à ditadura a que se possa recorrer na luta pela liberdade? Que instituições sociais podem ser subtraídas ao controlo do ditador, ou quais deverão ser criadas pelos democratas para responderem às suas necessidades e instituírem esferas de democracia mesmo enquanto a ditadura se mantiver?

Como desenvolver as capacidades organizativas da resistência? Como formar os participantes? Que recursos (financeiros, logísticos, etc.) serão necessários durante a luta? Que simbolismos podem ser mais eficazes para mobilizar a população?

Que acções, e em que fases da luta, poderão enfraquecer e esgotar as fontes do poder dos ditadores? Como poderá a população resistente dar continuidade ao desafio e manter a necessária disciplina nãoviolenta? Como poderá a sociedade continuar a satisfazer as suas necessidades básicas no decorrer da luta? Como manter a ordem social em pleno conflito? Com o aproximar da vitória, como poderá a resistência demo-

crática continuar a construir a base institucional da sociedade pós-ditatorial e assegurar uma transição tão tranquila quanto possível?

É importante não esquecer que não existe, nem pode ser criado, um plano estratégico comum para todos os movimentos de libertação contra ditaduras. Cada luta para derrubar uma ditadura e instituir um sistema democrático é diferente. Não existem duas situações exactamente iguais, todas as ditaduras apresentam características próprias, e as capacidades da população que procura alcançar a liberdade também são diferentes. Os autores de uma grande estratégia para a luta de desafio político deverão ter um entendimento profundo não só da situação específica de conflito em que se encontram, mas também das formas de luta escolhidas.¹³

Quando a grande estratégia da luta estiver bem planeada, há boas razões para a divulgar. Quem for chamado a participar em grande número sentir-se-á mais motivado e capaz de agir se compreender a concepção geral e as instruções específicas. Este conhecimento pode ter um efeito muito positivo no moral e na vontade de participar e agir da forma correcta. Os ditadores saberão sempre quais são as linhas gerais da grande estratégia e esse conhecimento poderá induzi-los a aliviar a brutalidade da repressão, porque sabem que esta pode reverter-se politicamente contra eles. O conhecimento das características especiais da grande estratégia também pode fomentar a discórdia e a deserção de elementos afectos à facção do ditador.

Uma vez adoptado um grande plano estratégico para derrubar a ditadura e estabelecer um sistema democrático, é importante que os grupos pró-democracia não desistam de o executar. Só em circunstâncias excepcionais deve a luta afastar-se da grande estratégia inicial. Se existirem provas concludentes

de que a grande estratégia escolhida está errada, ou de que as circunstâncias da luta se alteraram de forma substancial, os autores da estratégia poderão ver-se obrigados a alterá-la. Mesmo assim, tal só deverá verificar-se depois de uma reavaliação da situação e da elaboração e adopção de uma nova grande estratégia considerada mais adequada.

Planeamento de estratégias de campanha

Por mais sensata e promissora que seja a grande estratégia para pôr fim à ditadura e instituir a democracia, ela não se executa sozinha. É necessário desenvolver estratégias específicas para orientar as campanhas principais que visam enfraquecer o poder do ditador. Estas, por sua vez, integrarão e nortearão um conjunto de acções tácticas, preparadas para atacar fatalmente o regime ditatorial. As tácticas e os métodos de acção específicos devem ser criteriosamente seleccionados no sentido de contribuírem para a concretização dos objectivos de cada uma das estratégias específicas. Esta discussão situa-se exclusivamente no plano da estratégia.

À semelhança dos autores da grande estratégia, também os responsáveis pelo planeamento das campanhas importantes devem ter um entendimento completo da natureza e dos modos de funcionamento da técnica de luta escolhida. Da mesma maneira que os oficiais militares têm de dominar as estruturas de força, as tácticas, a logística, as questões relacionadas com as munições, os efeitos da geografia e outros aspectos para poderem desenhar uma estratégia militar, também os organizadores do desafio político têm de compreender a natureza e os princípios estratégicos da luta nãoviolenta. Ainda assim, os

conhecimentos sobre a luta nãoviolenta, a atenção às recomendações feitas neste livro e as respostas às questões aqui colocadas não serão suficientes, por si só, para produzir estratégias de combate. Estas exigem ainda uma criatividade informada.

Ao planearem as estratégias das campanhas específicas de resistência selectiva, e em consonância com a luta de libertação a longo prazo, os responsáveis pelo desafio político deverão reflectir sobre um conjunto de questões e de problemas. Entre eles, destacam-se os seguintes:

- A definição dos objectivos específicos da campanha e o modo como contribuem para a execução da grande estratégia;
- A ponderação dos métodos específicos ou armas políticas mais eficazes para pôr em prática as estratégias seleccionadas. O plano global de cada campanha estratégica específica deve indicar os planos tácticos e os métodos de acção específicos de menor escala que deverão ser utilizados para exercer pressão sobre as fontes de poder da ditadura e, com isso, restringi-las. Importa lembrar que os objectivos mais importantes se alcançam com pequenos passos, cuidadosamente escolhidos e executados;
- Definir se, e como, as questões económicas devem ser associadas a uma luta que é eminentemente política. Se, de facto, assumirem uma posição preponderante na luta, será necessário zelar para que as reivindicações económicas sejam satisfeitas após o fim da ditadura. Se assim não acontecer, podem sobrevir a desilusão e o descontentamento, caso não sejam apresentadas soluções rápidas durante o período de transição para uma sociedade democrática. Esta desilusão poderá facilitar a ascensão de forças ditatoriais que prometem o fim dos problemas económicos;

- Definir antecipadamente o tipo de estrutura de comando e de sistema de comunicações mais eficazes para dar início à luta de resistência. A que meios de tomada de decisão e de comunicação se recorrerá no decurso da luta para transmitir orientações permanentes aos resistentes e à população em geral?
- Prever canais de difusão de informações do movimento de resistência para a população em geral, as forças leais ao ditador e a imprensa internacional. As reivindicações e os comunicados devem ser sempre estritamente factuais. Os exageros e as reivindicações infundadas enfraquecem a credibilidade da resistência;
- Planos para a realização de actividades sociais, educativas, económicas e políticas autónomas e construtivas capazes de satisfazer as necessidades da população durante o conflito que se avizinha. Estes projectos podem ser coordenados por elementos que não estejam directamente envolvidos nas actividades de resistência;
- Definir o tipo de ajuda externa desejável para apoiar uma campanha específica ou a luta de libertação na sua globalidade. Qual a melhor maneira de mobilizar e usar a ajuda externa sem fazer depender a luta interna de factores externos instáveis? Será necessário decidir quais os grupos externos com maiores probabilidades e melhor capacidade para ajudar, a saber: organizações não-governamentais (movimentos sociais, grupos religiosos ou políticos, sindicatos, etc.), governos e/ou as Nações Unidas e os seus diferentes organismos.

Além disso, os estrategas da resistência deverão tomar medidas para manter a ordem e satisfazer com os seus próprios meios

as necessidades sociais na fase de resistência em massa contra o controlo ditatorial. Isto não só criará estruturas alternativas democráticas e independentes, como satisfará necessidades reais e retirará credibilidade à ideia de que é necessário impor uma repressão brutal para evitar a desordem e a anarquia.

Divulgar a ideia de nãocooperação

Para se garantir o êxito do desafio político contra uma ditadura, é fundamental que a população compreenda o significado do conceito de nãocooperação. Como mostra a história do «Senhor dos Macacos» (capítulo 3), a ideia de base é simples: se um número suficiente de subordinados se recusar a cooperar durante um período de tempo suficiente, apesar da repressão, o sistema opressivo enfraquecerá e acabará por se desmoronar.

O povo que viva em ditadura já estará familiarizado com este conceito por diferentes fontes. Ainda assim, as forças democráticas devem difundir e divulgar deliberadamente o conceito de nãocooperação. A história do «Senhor dos Macacos», ou outra idêntica, pode ser difundida em todos os sectores da sociedade. Trata-se de uma história fácil de compreender. Uma vez apreendido o conceito geral da nãocooperação, a população estará pronta para compreender a importância dos futuros apelos à nãocooperação com a ditadura. Deste modo, será capaz de improvisar, por iniciativa própria, uma miríade de formas específicas de nãocooperação em situações novas.

Apesar das dificuldades e dos perigos inerentes às tentativas para comunicar ideias, notícias e instruções à resistência num período de ditadura, os democratas têm com frequência demonstrado que é possível fazê-lo. Mesmo durante os regimes

nazi e comunista, os elementos da resistência conseguiam comunicar não apenas com outros indivíduos, mas também com um vasto público, através da publicação de jornais clandestinos, panfletos e livros e, mais recentemente, cassetes áudio e vídeo.

Graças às vantagens de um plano estratégico prévio, é possível preparar e difundir orientações gerais para a resistência. Estas podem indicar as questões contra as quais a população deve protestar e as circunstâncias em que deve fazê-lo, explicando também como se recusar a cooperar. Assim, mesmo que as comunicações dos dirigentes democráticos sejam interrompidas e não sejam difundidas, e ainda que não sejam recebidas instruções específicas, a população saberá como agir relativamente a determinadas questões importantes. Estas orientações incluiriam ainda um teste destinado a identificar eventuais contrafacções de «instruções da resistência», postas a circular pela polícia política para forçar a resistência a tomar iniciativas que a desacreditem.

Repressão e contramedidas

Os autores da estratégia devem avaliar as prováveis reacções e actos repressivos e, em particular, o limiar a partir do qual a ditadura responderá com violência às acções da resistência democrática. Será necessário saber de que maneira esta possível intensificação da repressão deverá ser suportada, neutralizada ou evitada, sem ceder à submissão. Em determinadas ocasiões, e por razões tácticas, será preferível prevenir a população e os resistentes contra actos de repressão esperados, para que ambos conheçam os riscos inerentes à sua participação. Se tudo apontar para uma repressão dura, a prestação de assistência médica aos resistentes feridos deverá estar prevista.

Ao anteciparem a repressão, será do interesse dos responsáveis pela estratégia ponderar antecipadamente quais as táticas e os métodos a adoptar, quer para se concretizar o objectivo específico de uma campanha, quer para a libertação, tendo em consideração que estes devem tornar a repressão brutal menos provável ou possível. Por exemplo, as manifestações de rua e as marchas contra as ditaduras radicais têm um impacto visual impressionante, mas também podem pôr em perigo a vida de milhares de manifestantes. Este risco elevado, porém, poderá colocar menos pressão sobre a ditadura do que se todos permanecessem em casa, fizessem greve, ou se aderissem a um movimento de nãocooperação de funcionários públicos.

Se, por razões estratégicas, for proposta a realização de uma acção de resistência provocatória susceptível de originar um número pesado de baixas, será necessário avaliar com grande rigor os possíveis custos e benefícios da acção proposta. Serão a população e os resistentes capazes de se comportarem de forma disciplinada e nãoviolenta durante a luta? Conseguirão resistir às provocações e não praticar actos violentos? Os organizadores devem definir quais as medidas a tomar para assegurar a disciplina nãoviolenta e manter a resistência, apesar dos actos de brutalidade cometidos. Será que medidas como promessas, declarações de intenções, distribuição de panfletos apelando à disciplina, utilização de um sistema de policiamento durante as manifestações e boicote a indivíduos e grupos defensores da violência vão ser possíveis e eficazes? Os dirigentes devem manter-se sempre alerta relativamente à presença de agentes provocadores, cuja missão será incitar os manifestantes à violência.

Adesão ao plano estratégico

Uma vez lançado um plano estratégico firme e consistente, as forças democráticas não devem deixar-se distrair por jogadas menores do ditador, que procurará afastá-las da grande estratégia e da estratégia de uma campanha específica, incitando-os a concentrarem as suas actividades mais importantes em questões sem importância. A resistência democrática também não deve permitir que as emoções do momento — causadas, talvez, por novas atrocidades cometidas pela ditadura — a desviem da sua grande estratégia e da estratégia da campanha. Esses actos de brutalidade podem ter sido perpetrados precisamente para provocar as forças democráticas, incitando-as a abdicar do seu plano bem concebido e a cometer actos violentos, para assim poderem ser mais facilmente derrotadas pelos ditadores.

Desde que a análise de base seja considerada consistente, a tarefa das forças pró-democráticas é aumentar a pressão, etapa após etapa. Como é de esperar, haverá alterações de tática e de objectivos intermédios; os bons dirigentes estarão sempre prontos a tirar partido de novas oportunidades. Estas adaptações não devem ser confundidas com os objectivos da grande estratégia, nem com os objectivos de uma campanha específica. A execução criteriosa de ambas contribuirá em grande medida para o sucesso.

CAPÍTULO 8

Execução do desafio político

Nas situações em que a população se sinta impotente ou assustada, é importante começar por lhe confiar tarefas de baixo risco que a ajudem a ganhar confiança. Este tipo de acções — por exemplo, vestir a roupa habitual mas de uma de forma pouco usual — poderão ser uma maneira de afirmar publicamente uma opinião divergente, dando às pessoas uma oportunidade de participarem em actos de dissidência de forma significativa. Noutros casos, uma questão não política (garantir a segurança do fornecimento de água) relativamente menor (na aparência) pode tornar-se o motivo central de uma acção de grupo. Os organizadores devem escolher uma causa cujos méritos sejam amplamente reconhecidos e difíceis de rejeitar. O êxito destas campanhas de alcance restrito poderá não só levar à satisfação de queixas específicas, mas também convencer a população de que tem, de facto, poder.

A maioria das estratégias de campanhas de luta a longo prazo *não* deve ter como objectivo precipitar a queda da ditadura, mas antes concretizar objectivos específicos. Nem todas as campanhas requerem a participação de todas as camadas da população.

Ao ponderarem a realização de um conjunto de campanhas específicas destinadas a pôr em prática a grande estratégia, os organizadores do desafio devem reflectir sobre as diferenças

entre as várias campanhas, no início, no meio e perto do final da luta.

Resistência selectiva

Nas fases iniciais de uma luta, pode ser muito útil lançar campanhas separadas com diferentes objectivos específicos. Estas campanhas selectivas podem suceder-se umas às outras, com a possibilidade de por vezes duas ou três se desenrolarem em simultâneo.

Durante o planeamento de uma estratégia de «resistência selectiva», é necessário identificar questões ou queixas específicas que simbolizem a opressão generalizada que a ditadura pratica. Estas questões podem tornar-se alvos adequados de campanhas para alcançar objectivos estratégicos intermédios, integrados no quadro da grande estratégia.

Tais objectivos estratégicos intermédios têm de ser exequíveis tendo em conta as capacidades presentes ou futuras das forças democráticas. Isto permite assegurar uma série de vitórias, boas para elevar o moral, e contribui para mudanças progressivas nas relações de poder, que serão vantajosas para a luta a longo prazo.

As estratégias de resistência selectiva devem concentrar-se fundamentalmente em questões específicas de natureza social, económica ou política. Estas podem ser seleccionadas de modo a manter partes do sistema social e político fora do controlo do ditador, para recuperar o controlo de outras dominadas por ele, ou para o impedir de alcançar um determinado objectivo. Se possível, como referido anteriormente, a campanha de resistência selectiva deverá também atingir um ou mais pontos

fracos da ditadura. Os democratas poderão assim conseguir o maior impacto possível com os meios ao seu dispor.

Os organizadores devem definir a estratégia da sua primeira campanha com muita antecedência. Quais serão os seus objetivos específicos? De que modo poderá esta estratégia contribuir para a concretização da grande estratégia? Se for possível, será prudente definir pelo menos as grandes linhas das estratégias para uma segunda e, eventualmente, uma terceira campanha. Todas deverão pôr em prática a grande estratégia e seguir suas linhas orientadoras.

Desafio simbólico

No início de uma nova campanha para enfraquecer a ditadura, as primeiras acções especificamente políticas poderão ter um alcance limitado. Devem ser pensadas, em parte, para testar e influenciar o alento da população, preparando-a para continuar a luta por via da nãocooperação e do desafio político.

A acção inicial poderá assumir a forma de um protesto simbólico ou de um acto simbólico de nãocooperação, circunscrito ou temporário. Se o número de voluntários for reduzido, o acto inicial poderá consistir, por exemplo, na deposição de flores num local de importância simbólica. Por outro lado, se o número de participantes for muito elevado, poderá optar-se por uma interrupção de todas as actividades durante cinco minutos, ou observar vários minutos de silêncio. Noutras circunstâncias, um grupo de indivíduos poderá iniciar uma greve de fome, organizar uma vigília num local simbólico, realizar um curto boicote às aulas, ou sentar-se em sinal de protesto (*sit-in*) num escritório importante. Numa ditadura, estas acções mais

agressivas seriam muito provavelmente combatidas com meios repressivos mais duros.

Alguns actos simbólicos, como a ocupação física diante do palácio de um ditador ou da sede da polícia política, poderão envolver um risco elevado, não sendo por isso aconselháveis para dar início a uma campanha.

Em certas ocasiões, as primeiras acções de um protesto simbólico conseguiram atrair grande atenção, nacional e internacional, como aconteceu nas manifestações de rua na Birmânia, em 1988, ou na ocupação estudantil e na greve de fome na Praça Tiananmen, em Pequim, em 1989. O elevado número de vítimas registado entre os manifestantes nos dois casos demonstra que se deve ser muito cuidadoso quando se planeia estas campanhas. Apesar do tremendo impacto que estas acções tiveram nos planos morais e psicológicos, por si só não são suficientes para derrubar uma ditadura, pois em grande medida permanecem simbólicas, em nada alterando a posição do poder ditatorial.

No início da luta, quase nunca é possível cortar de forma rápida e total o acesso dos ditadores às suas fontes de poder. Para tal, seria necessário que a totalidade da população e quase todas as instituições da sociedade — até ao momento extremamente submissas — rejeitassem em absoluto o regime e o desafiassem inesperadamente por via de uma nãocooperação forte e maciça. Esta situação nunca se verificou e seria muito difícil de alcançar. Assim, na maioria dos casos, uma campanha rápida de nãocooperação e de desafio total seria uma estratégia irrealista numa fase inicial.

Distribuição de responsabilidades

Numa campanha de resistência selectiva, durante algum tempo o fardo da luta é suportado por uma ou mais camadas da população. Numa campanha posterior, concebida para alcançar um objectivo diferente, esse fardo transferir-se-á para outros grupos populacionais. Por exemplo, os estudantes poderão realizar greves de protesto contra questões relacionadas com a educação e o ensino, os líderes religiosos e crentes poderão concentrar-se num assunto relacionado com a liberdade religiosa, os ferroviários poderão obedecer escrupulosamente aos regulamentos de segurança e com isso provocar atrasos no sistema de transporte ferroviário, os jornalistas poderão desafiar a censura, deixando espaços em branco nos locais onde deviam aparecer artigos proibidos, ou a polícia poderá falhar repetidamente a localização e a detenção de elementos da oposição democrática. O escalonamento das campanhas de resistência por assunto e grupo populacional permite que determinados segmentos da população descansem enquanto a resistência continua.

A resistência selectiva é particularmente importante *para a defesa* da existência e da autonomia dos já referidos grupos e instituições sociais, económicos e políticos independentes, não controlados pela ditadura. Estes centros de poder fornecem as bases institucionais a partir das quais a população pode exercer pressão sobre, ou resistir aos, controlos ditatoriais. Na luta, provavelmente estarão entre os primeiros alvos da ditadura.

Atingir o poder do ditador

Enquanto a luta a longo prazo prossegue para lá das estratégias iniciais e avança para etapas mais ambiciosas e adiantadas, os autores da estratégia devem procurar formas de limitar ainda mais as fontes de poder dos ditadores. O objectivo é, através da nãocooperação popular, criar uma nova situação estratégica, mais vantajosa para as forças democráticas.

À medida que as forças de resistência democrática forem ficando mais fortes, os responsáveis devem definir estratégias de nãocooperação e de desafio político mais ambiciosas, com vista a esgotar ainda mais as fontes de poder das ditaduras. O objectivo é desencadear uma paralisia política crescente e, por fim, provocar a desintegração da ditadura.

É necessário planear com cuidado a maneira como as forças democráticas podem enfraquecer o apoio até aí concedido à ditadura por indivíduos e grupos. Este apoio diminuirá com a divulgação das crueldades perpetradas pelo regime, com a revelação das desastrosas consequências económicas das políticas dos ditadores, ou com a tomada de consciência da possibilidade de pôr fim à ditadura? Os apoiantes do ditador deverão pelo menos ser encorajados a assumir uma posição de «neutralidade» (*fence sitting*) ou atitude de «esperar para ver») ou, preferencialmente, a tornar-se apoiantes activos do movimento pela democracia.

Durante o planeamento e a execução da estratégia de desafio político e nãocooperação, é muito importante acompanhar de perto os principais apoiantes e assessores do ditador, incluindo o seu círculo de colaboradores mais restrito, o partido político, a polícia e os burocratas e, em particular, o exército.

O grau de lealdade das forças militares à ditadura, tanto de soldados como de oficiais, deve ser cuidadosamente avaliado,

no sentido de perceber a sua receptividade às ideias das forças democráticas. Haverá recrutas infelizes e assustados entre os soldados? Haverá soldados e oficiais que se sintam marginalizados pelo regime por razões pessoais, familiares ou políticas? Que outros factores poderão tornar os soldados e os oficiais sensíveis à subversão democrática?

Na fase inicial da luta de libertação deverá ser delineada uma estratégia especial de comunicação com as tropas e os funcionários leais ao ditador. Por meio de palavras, símbolos e acções, as forças democráticas podem comunicar às tropas que a luta pela libertação será vigorosa, determinada e persistente. Os militares deverão ser informados de que a luta terá um carácter especial, com o objectivo de enfraquecer a ditadura, mas não constituirá uma ameaça às suas vidas. Estes esforços destinam-se, em última instância, a fragilizar o moral das tropas do ditador e, por fim, a subverter a sua lealdade e obediência em favor do movimento democrático. A abordagem à polícia e aos funcionários públicos poderá assentar em estratégias semelhantes.

As tentativas de conquistar a simpatia das forças do ditador, eventualmente incitando-as à desobediência, não devem ser entendidas como forma de encorajar as forças militares a derrubarem a ditadura rapidamente através de uma acção militar. Este cenário dificilmente conduziria à instituição de uma democracia funcional, pois (como já referimos) um golpe de Estado contribui muito pouco para corrigir o desequilíbrio das relações de poder entre o povo e os dirigentes. Por isso, é necessário prever uma maneira de explicar aos oficiais que simpatizem com a causa que nem um golpe de Estado militar nem uma guerra civil contra a ditadura são cenários necessários ou desejáveis.

Os oficiais simpatizantes podem desempenhar um papel fulcral na luta democrática, semeando o descontentamento e a nãocooperação no seio das forças militares, encorajando ineficácias deliberadas, ignorando ordens discretamente e recusando-se a exercer a repressão. Os militares podem ainda, de diferentes maneiras, prestar um auxílio nãoviolento positivo ao movimento democrático, permitindo aos seus elementos deslocarem-se em segurança, assegurando o fornecimento de informações, alimentos, medicamentos, e assim sucessivamente.

O exército é uma das mais importantes fontes de poder dos ditadores, que podem utilizar as suas unidades militares disciplinadas e o seu armamento de forma directa, para atacar e punir uma população desobediente. *Os responsáveis pela estratégia de desafio político não devem esquecer que será excepcionalmente difícil, ou mesmo impossível, desintegrar a ditadura se a polícia, os burocratas e as forças militares continuarem a apoiá-la, obedecendo às suas ordens e executando-as.* As estratégias para subverter a lealdade das forças do ditador devem, por isso, ser consideradas prioritárias pelos estrategas democráticos.

As forças democráticas não devem esquecer que o descontentamento e a desobediência no seio das forças militares e policiais podem ser extremamente perigosos para os seus membros. Os soldados e os elementos das forças policiais podem contar com sanções severas por todo e qualquer acto de desobediência, e até esperar a execução em caso de insurreição. Assim, não deve ser-lhes pedido que se amotinem demasiado cedo. Em vez disso, devem ser informados tanto quanto possível e de forma clara de que é possível praticar uma grande diversidade de formas relativamente seguras de «desobediência disfarçada» desde o início da luta. Por exemplo, polícia e militares podem cumprir instruções de repressão de forma inefi-

caz, fracassar na localização de indivíduos procurados, avisar os resistentes de actos de repressão iminentes, detenções ou deportações, e não transmitir informações importantes aos seus oficiais superiores. Os oficiais descontentes, por seu turno, podem descurar a transmissão de ordens de repressão ao longo da cadeia de comando. Os soldados podem disparar por cima das cabeças dos manifestantes. Os funcionários públicos, por sua vez, podem perder pastas e instruções, trabalhar de forma ineficaz e «adoecer», tendo de permanecer em casa até «recuperarem a saúde».

Mudanças de estratégia

Os responsáveis pela estratégia do desafio político deverão proceder à avaliação permanente da execução da grande estratégia e das estratégias de campanhas específicas. A luta poderá não correr tão bem como previsto e, nesse caso, será necessário definir eventuais alterações na estratégia. Que fazer para aumentar a força do movimento e recuperar a iniciativa? Numa situação destas, será preciso identificar o problema, proceder a uma reavaliação estratégica e, possivelmente, transferir a responsabilidade da luta para outro grupo populacional, mobilizar fontes de poder complementares e definir linhas de acção alternativas. Concluída esta fase, o novo plano deverá ser posto em prática imediatamente.

Pelo contrário, se a luta correr melhor do que o esperado e a ditadura cair mais depressa do que o previsto, a questão será saber como as forças democráticas poderão tirar proveito dessas vantagens inesperadas e avançar para a paralisação da ditadura. Esta questão será objecto de atenção no capítulo seguinte.



CAPÍTULO 9

Desintegração da ditadura

Os efeitos cumulativos de campanhas de desafio político bem conduzidas e eficazes manifestam-se no reforço da resistência, assim como na definição e no aumento dos domínios da sociedade em que a ditadura se confronta com obstáculos ao seu controlo efectivo. Estas campanhas também permitem adquirir uma experiência importante sobre formas de recusar a cooperação e utilizar o desafio político. Tal experiência revelar-se-á muito útil no momento de pôr em prática a nãocooperação e o desafio político em grande escala.

No capítulo 3, vimos que as questões da obediência, da cooperação e da submissão são essenciais para o poder das ditaduras. Privado de acesso às fontes do poder político, o poder do ditador enfraquece e acaba por se desmembrar. Retirar-lhe esse apoio é, pois, a principal acção a empreender no processo de desintegração de uma ditadura. Será útil passar em revista o modo como as fontes de poder podem ser afectadas pelo desafio político.

Os actos simbólicos de repúdio e desafio são alguns dos meios disponíveis para minar a *autoridade* moral e política do regime, ou seja, a sua legitimidade. Quanto mais forte for essa autoridade, maiores e mais seguras serão a obediência e a cooperação de que beneficiará. A desaprovação moral deve ser expressa em acções que visem ameaçar realmente a

existência da ditadura. O fim da cooperação e da obediência é necessário para impedir o acesso a outras fontes do poder do regime.

A segunda fonte importante de poder são os *recursos humanos*, o número e a importância dos indivíduos e grupos que obedecem, cooperam com ou prestam assistência aos dirigentes. Se vastas camadas da população aderirem à nãocooperação, o regime enfrentará grandes dificuldades. Por exemplo, se os funcionários públicos deixarem de cumprir funções com o grau de eficiência habitual, ou se decidirem permanecer em casa, a máquina administrativa será gravemente afectada.

Da mesma forma, se entre os indivíduos e grupos que se recusam a cooperar estiverem elementos que anteriormente colocavam as suas *competências* e os seus *conhecimentos* especializados ao serviço do regime, a capacidade dos ditadores para impor a sua vontade ficará muito enfraquecida. Até a sua capacidade para tomar decisões bem fundamentadas e conceber políticas eficazes poderá ser deveras reduzida.

Se as influências psicológicas e ideológicas — os chamados *factores imateriais* — que costumam induzir os indivíduos a obedecer e a prestar assistência aos dirigentes enfraquecerem ou se reverterem, a população sentir-se-á mais inclinada a desobedecer e a deixar de cooperar.

O acesso dos ditadores aos *recursos materiais* também tem um efeito directo no seu poder. Quando os oponentes, reais ou potenciais, do regime passam a controlar os recursos financeiros, o sistema económico, a propriedade, os recursos naturais, os transportes e os meios de comunicação, outra fonte importante do seu poder fica vulnerável ou é eliminada. As greves, os boicotes e a crescente autonomia da economia, das comunicações e dos transportes debilitarão o regime.

Como vimos anteriormente, a capacidade do ditador para ameaçar ou aplicar *sanções* — punições contra as camadas inquietas, desobedientes e não-cooperantes da população — é uma fonte central do seu poder e pode ser enfraquecida de duas maneiras. Em primeiro lugar, se a população estiver preparada, como numa situação de guerra, para sofrer as consequências graves do seu acto de desafio, a eficácia das sanções existentes será drasticamente reduzida (isto é, a repressão exercida pelo ditador não garantirá a submissão desejada). Em segundo lugar, se as forças policiais e militares estiverem descontentes, podem, individual ou colectivamente, contornar ou desafiar abertamente as ordens para deter, agredir ou disparar sobre os resistentes. Se o ditador não puder contar com o apoio da polícia e das forças militares para exercer a repressão, a ditadura ficará gravemente ameaçada.

Em síntese, para alcançar o êxito contra uma ditadura instituída é necessário reduzir e suprimir as fontes do poder do regime através da não-cooperação e do desafio político. Sem o reforço constante das fontes de poder indispensáveis, a ditadura enfraquecerá progressivamente, até se desintegrar. Um planeamento estratégico competente das acções de desafio político contra as ditaduras deve, pois, ter como alvo as fontes mais importantes de poder do ditador.

Escalada para a liberdade

Em conjunto com o desafio político e durante a fase de resistência selectiva, a multiplicação das instituições sociais, económicas, culturais e políticas autónomas expandirá o «espaço democrático» da sociedade e diminuirá o controlo da ditadura.

À medida que as instituições civis da sociedade se forem fortalecendo contra a ditadura, a população, indiferente aos desejos do ditador, começará gradualmente a construir uma sociedade independente que escapa ao controlo deste. Se, e quando, a ditadura intervier para deter esta «escalada para a liberdade», a luta nãoviolenta poderá ser utilizada para defender este espaço recém-conquistado e a ditadura ver-se-á obrigada a lidar com uma nova «frente» de oposição.

Com o tempo, esta combinação de resistência e reforço institucional poderá efectivamente conduzir à liberdade, tornando certas a queda da ditadura e a instauração formal de um sistema democrático, graças às alterações fundamentais verificadas nas relações de poder no interior da sociedade.

A Polónia das décadas de 1970 e 1980 é um exemplo claro da reapropriação progressiva, através da resistência, das funções e instituições de uma sociedade. Apesar das perseguições, o regime comunista nunca conseguiu controlar totalmente a Igreja Católica. Em 1976, alguns intelectuais e trabalhadores formaram pequenos grupos, como o KOR (Comité de Defesa dos Trabalhadores), para promover as suas ideias políticas. Graças à sua capacidade para organizar greves com grande impacto, o sindicato *Solidariedade* forçou a sua legalização em 1980. Camponeses, estudantes e muitos outros grupos formaram organizações independentes, e quando os comunistas compreenderam que estas agremiações haviam alterado as realidades do poder, proibiram novamente o *Solidariedade* e recorreram à força militar.

As novas instituições sociais independentes continuaram a funcionar, mesmo quando foi decretada a lei marcial, num contexto marcado por inúmeras detenções e perseguições violentas. Dezenas de revistas e jornais clandestinos continuaram

a ser publicados. Todos os anos, centenas de livros foram impressos por editoras ilegais, enquanto escritores conhecidos boicotavam as publicações comunistas e as editoras que eram propriedade do governo. Noutros sectores da sociedade, registaram-se actividades semelhantes.

Durante o regime militar comunista de Jaruzelski, o governo foi descrito, a certa altura, como andando a saltitar no topo da sociedade. Os funcionários continuavam instalados em gabinetes e edifícios governamentais e o regime ainda conseguia afectar a sociedade com punições, detenções, prisões, apreensão de máquinas de impressão e outras acções semelhantes. A ditadura, porém, não conseguia controlar a sociedade, pelo que a sua queda definitiva foi somente uma questão de tempo.

Mesmo quando a ditadura ainda detém posições governamentais, por vezes é possível organizar um «governo paralelo» democrático. Este actuará cada vez mais como governo rival, contando com a lealdade, a complacência e a cooperação da população e das instituições sociais. Em consequência, a ditadura ver-se-á gradualmente privada destas características governamentais. Por fim, o governo democrático paralelo poderá substituir em pleno o regime ditatorial no âmbito da transição para um sistema democrático. No momento oportuno, a adopção de uma Constituição e a realização de eleições assegurarão a mudança.

Desintegração da ditadura

Enquanto decorre a transformação institucional da sociedade, o movimento de desafio e nãocooperação pode tornar-se mais forte. Os responsáveis das forças democráticas devem ponderar antecipadamente o momento em que as forças democráticas

poderão ir além da resistência selectiva e lançar um desafio em massa. Na maioria dos casos, será necessário tempo para criar, construir ou ampliar capacidades de resistência, pelo que o desafio em massa só poderá acontecer ao fim de vários anos. Nesta fase transitória, deverão ser lançadas campanhas de resistência selectiva com objectivos políticos cada vez mais relevantes e que mobilizem sectores cada vez mais numerosos da população, em todos os níveis da sociedade. Nesta fase de intensificação das actividades, uma acção de desafio político empreendida com determinação e disciplina tornará cada vez mais evidentes as debilidades internas da ditadura.

Com o tempo, a conjugação de um desafio político forte com a implantação de instituições independentes poderá atrair a atenção da comunidade internacional em benefício das forças democráticas. Condenações diplomáticas internacionais, boicotes e embargos para apoiar as forças democráticas (como se verificou no caso da Polónia) são igualmente possíveis.

Os estrategas devem estar cientes de que, em determinadas situações, a queda da ditadura poderá ser extremamente rápida, como na Alemanha Oriental, em 1989. Isso pode suceder quando as fontes de poder forem drasticamente eliminadas devido ao repúdio da ditadura por toda a população. Este, porém, não é um padrão habitual, sendo preferível optar por um planeamento da luta a longo prazo (prevendo a eventualidade de ela ser curta).

No decurso da luta de libertação, os triunfos, mesmo quando dizem respeito a questões circunscritas, devem ser celebrados. Aqueles que conquistaram a vitória devem ser reconhecidos e as comemorações, embora organizadas com vigilância, ajudam a manter o moral necessário para enfrentar as etapas futuras da luta.

Gestão responsável do sucesso

Os organizadores da grande estratégia devem prever com antecedência as formas possíveis e preferíveis de concluir uma luta vitoriosa, de modo a evitarem o aparecimento de uma nova ditadura, assegurando o estabelecimento progressivo de um sistema democrático duradouro.

Os democratas devem planejar a melhor maneira de gerir a transição da ditadura para um governo interino, uma vez terminada a luta. Nesse momento, é desejável formar rapidamente um novo governo que funcione. Este, porém, não deve resumir-se ao antigo governo com elementos novos. É necessário avaliar que sectores da anterior estrutura governamental (como a polícia política, por exemplo) devem ser completamente abolidos, devido ao seu carácter intrinsecamente anti-democrático, e quais devem ser mantidos depois de democratizados. O vazio governamental completo poderá abrir caminho ao caos ou a uma nova ditadura.

A política a adoptar em relação aos altos funcionários da ditadura aquando da desintegração do seu poder deverá ser definida antecipadamente. Por exemplo, devem os ditadores ser julgados? Devem ser autorizados a deixar o país definitivamente? Que outras alternativas podem ser compatíveis com o desafio político, com a necessidade de reconstruir o país e de instaurar a democracia após a vitória? Deve evitar-se um banho de sangue, pois poderia ter consequências drásticas para as probabilidades de implementação de um futuro sistema democrático.

Os planos específicos de transição para a democracia devem estar prontos para aplicação no momento em que a ditadura se torna mais frágil ou se desmorona. Estes planos contribuirão

para impedir que outro grupo se aproprie do poder através de um golpe de Estado. Igualmente necessários são os planos para instituir um governo constitucional democrático que garanta plenas liberdades políticas e individuais. As mudanças alcançadas com tanto esforço não devem ser deitadas a perder por falta de planeamento.

Confrontado com uma população cada vez mais capacitada e com o aumento dos grupos e instituições democráticos independentes — que a ditadura é incapaz de controlar —, o ditador perceberá que todo o edifício se desmorona. A desactivação massiva de vários quadrantes da sociedade, as greves gerais, as acções em massa de «permanência em casa», as marchas de desafio ou outras iniciativas enfraquecerão progressivamente a organização do ditador e as instituições que lhe estão ligadas. Em consequência de tais actos de desafio e nãocooperação, levados à prática com sabedoria e com uma participação maciça e crescente, o ditador tornar-se-á impotente e os defensores da democracia triunfarão sem recurso à violência. A ditadura desintegrar-se-á diante da população desafiadora.

Nem todos estes esforços serão coroados de êxito. Se isso acontecer, não o serão de maneira fácil e raramente com rapidez. É importante lembrar que há tantas batalhas perdidas quantas ganhas. Contudo, o desafio político oferece uma possibilidade real de vitória. Como foi dito anteriormente, essa possibilidade pode ser muito maior se assentar numa grande estratégia, num planeamento rigoroso, em trabalho árduo e numa luta corajosa e disciplinada.

CAPÍTULO IO

Alicerces de uma democracia duradoura

A desintegração de uma ditadura é, evidentemente, motivo de grande regozijo. Os que sofreram e lutaram duramente por muito tempo merecem desfrutar de um momento de alegria, descontração e reconhecimento. Devem sentir-se orgulhosos de si mesmos e de todos os que combateram ao seu lado pela conquista da liberdade política. Nem todos chegarão a ver esse dia. Os vivos e os mortos serão recordados como heróis que ajudaram a escrever a história da liberdade no seu país.

Infelizmente, porém, não é hora de baixar a guarda. Mesmo quando uma ditadura é derrubada pelo desafio político, é necessário tomar as precauções necessárias para evitar que um novo regime opressor surja da confusão provocada pela queda do anterior. Os dirigentes das forças pró-democráticas devem preparar antecipadamente uma transição ordeira para a democracia. As estruturas ditatoriais terão de ser desmanteladas e será necessário definir as bases jurídicas e constitucionais, bem como as normas de conduta de uma democracia estável.

Não se deve pensar que a queda da ditadura dará imediatamente lugar a uma sociedade ideal. A desintegração da ditadura é apenas o ponto de partida para um longo e árduo caminho de aperfeiçoamento da sociedade e de satisfação das necessidades humanas de uma forma mais adequada e num contexto de

maior liberdade. Os problemas graves nos planos político, económico e social permanecerão durante anos, e a sua resolução exigirá a cooperação de muitos indivíduos e grupos. O novo sistema político deverá criar oportunidades para indivíduos com perspectivas diferentes, promover medidas que permitam continuar a realizar um trabalho construtivo e definir políticas que respondam aos problemas do futuro.

Ameaças de uma nova ditadura

Aristóteles alertou-nos há muito tempo para o facto de «a tirania também pode[r] transformar-se em tirania».¹⁴ Não faltam exemplos históricos — em França (os jacobinos e Napoleão), na Rússia (os bolcheviques), no Irão (o aiatola), na Birmânia (o SLORC) e em muitas outras partes do mundo — que demonstram que a queda de um regime opressivo é encarada por certos grupos e indivíduos como mera oportunidade para eles próprios se tornarem os novos senhores. Os motivos podem variar, mas os resultados muitas vezes são idênticos. A nova ditadura pode mesmo ser mais cruel e mais absolutista do que a anterior.

Ainda antes da queda da ditadura, é possível que alguns elementos do velho regime tentem travar a luta de desafio a favor da democracia encenando um golpe de Estado para impedir uma vitória da resistência popular. Apesar de afirmarem que estão a destituir a ditadura, na verdade apenas procuram impor um modelo renovado da anterior.

Inviabilização de golpes de Estado

Existem formas de impedir a realização de golpes de Estado contra sociedades recentemente libertadas. O conhecimento antecipado desta capacidade de defesa pode por vezes ser suficiente para dissuadir possíveis tentativas. A preparação pode conduzir à prevenção.

Logo que um golpe de Estado é desencadeado, os golpistas reclamam legitimidade, ou seja, a aceitação do seu direito moral e político de governar. O primeiro princípio fundamental da defesa contra um golpe de Estado é, pois, recusar-lhes essa legitimidade.

Os golpistas também precisam do apoio dos dirigentes civis e da população, seja ele confuso ou meramente passivo. Necessitam ainda da cooperação de especialistas e conselheiros, burocratas e funcionários públicos, administradores e juizes, a fim de consolidarem o seu controlo sobre a sociedade. Precisam, além disso, de que os múltiplos indivíduos que fazem funcionar o sistema político, as instituições sociais, a economia, a polícia e as forças militares se submetam de forma passiva e continuem a exercer as suas funções habituais, modificadas segundo as suas ordens e políticas.

O segundo princípio fundamental da defesa contra golpes de Estado consiste em resistir aos golpistas por via da nãocooperação e do desafio político. Devem ser-lhes negadas a cooperação e a assistência de que necessitam. No essencial, as mesmas formas de luta que foram usadas contra a ditadura devem ser usadas para combater a nova ameaça, embora com aplicação imediata. Se a legitimidade e a cooperação forem negadas, o golpe de Estado pode morrer por «inanição política», sendo repostas a possibilidade de construir uma sociedade democrática.

Redacção da Constituição

O novo sistema democrático precisará de uma Constituição que defina o enquadramento desejado para o governo democrático. A Constituição deve fixar os objectivos do governo, os limites aos poderes governamentais, os meios e o calendário eleitoral através dos quais são escolhidos os funcionários governamentais e os legisladores, os direitos naturais do povo, assim como a relação entre o governo nacional e os escalões inferiores da administração.

Se quiser permanecer democrático, o governo central deverá estabelecer uma separação clara entre os poderes legislativo, executivo e judicial. Será necessário impor fortes restrições às actividades da polícia, dos serviços de informações e das forças militares, a fim de proibir toda e qualquer ingerência política.

Com o objectivo de preservar o sistema democrático e impedir tendências e medidas ditatoriais, a Constituição deve estabelecer um sistema federal que conceda prerrogativas importantes aos poderes regionais e locais. Em algumas situações, o sistema suíço de cantões poderá ser tomado como modelo e adaptado: territórios relativamente pequenos com direitos importantes, embora continuem integrados no país.

Se na história recente do país libertado tiver existido uma Constituição que contemple muitas destas características, o procedimento sensato será simplesmente recuperá-la, acrescentando as emendas consideradas necessárias e desejáveis. Na ausência de um texto constitucional mais antigo mas adequado, poderá ser necessário recorrer a uma Constituição provisória. Caso contrário, deverá redigir-se um novo texto. A preparação de uma nova Constituição é uma tarefa que exige muito tempo

e reflexão. A participação popular neste processo é desejável e necessária para a ratificação de um novo texto ou das respectivas emendas. Os redactores devem ser muito cautelosos, para não incluírem promessas que mais tarde se revelem impossíveis de cumprir ou provisões que exijam um governo altamente centralizado, pois ambas podem facilitar o aparecimento de uma nova ditadura.

Os termos da Constituição devem ser facilmente compreensíveis para a maioria da população. Nenhuma Constituição deve ser tão complexa ou ambígua que só os juristas e outras elites consigam compreendê-la.

Uma política de defesa democrática

O país libertado pode ainda enfrentar ameaças externas que exijam capacidade de defesa. Também é possível que seja ameaçado por tentativas externas de domínio económico, político ou militar.

Com vista a manter a democracia interna, deverá ser concedida especial atenção à aplicação dos princípios fundamentais do desafio político às necessidades de defesa nacional.¹⁵ Ao colocarem a capacidade de resistência directamente nas mãos dos cidadãos, os países recentemente libertados poderão evitar a necessidade de reunir uma forte capacidade militar, que poderia em si mesma constituir uma ameaça para a democracia ou consumir vastos recursos económicos indispensáveis a outros projectos.

Importa não esquecer que alguns grupos ignorarão todas as provisões constitucionais a fim de se autopromoverem como novos ditadores. Caberá, por isso, à população zelar

permanentemente para que o desafio político e a nãocooperação sejam aplicados contra aspirantes a ditadores, assim como pela preservação das estruturas, dos direitos e dos procedimentos democráticos.

Uma responsabilidade meritória

A luta nãoviolenta não só enfraquece e afasta os ditadores, como também concede poder aos oprimidos. Esta técnica permite aos que outrora se sentiam reduzidos a meros peões ou vítimas exercerem o poder directamente para, com o próprio esforço, conquistarem mais liberdade e justiça. Esta experiência de luta tem consequências psicológicas importantes, contribuindo para aumentar a auto-estima e a autoconfiança dos que anteriormente não tinham poder.

Uma importante consequência positiva a longo prazo do recurso à luta nãoviolenta para instituir um governo democrático é o facto de a sociedade se tornar mais capaz para enfrentar problemas presentes e futuros. Estes podem incluir, por exemplo, futuras situações de abuso e corrupção por parte do governo, maus-tratos infligidos a qualquer grupo, injustiças económicas e restrições às qualidades democráticas do sistema político. Uma população com experiência na estratégia de desafio político é menos vulnerável a futuras ditaduras.

Após a libertação, a familiaridade com a luta nãoviolenta garantirá meios para defender a democracia, as liberdades cívicas, os direitos das minorias e as prerrogativas dos poderes regional e local e das instituições não governamentais. Estes meios proporcionam também formas através das quais os indivíduos e grupos podem expressar de forma pacífica a sua

profunda discordância relativamente a questões que, pela sua importância, conduziram alguns grupos da oposição à prática de actos de terrorismo ou à guerra de guerrilha.

As reflexões evocadas nesta análise do desafio político ou da luta nãoviolenta visam ajudar todos os indivíduos e grupos que querem libertar o seu povo da opressão de uma ditadura e restabelecer um sistema democrático duradouro, que respeite as liberdades humanas e a acção popular, contribuindo para o aperfeiçoamento da sociedade.

É possível tirar três grandes conclusões das ideias aqui esboçadas:

- a libertação do jugo da ditadura é possível;
- a reflexão atenta e o planeamento estratégico são fundamentais para isso;
- e são necessários vigilância, trabalho árduo e luta disciplinada, muitas vezes com enorme sacrifício pessoal.

A expressão «A Liberdade não é gratuita», tantas vezes citada, é verdadeira. Nenhuma força externa concederá ao povo oprimido a tão desejada liberdade. Este terá de aprender a conquistá-la por si próprio. E fácil não será, certamente.

Se as pessoas perceberem o que é necessário à sua libertação, poderão definir linhas de acção que, com muito trabalho, acabarão por conduzi-las à liberdade. Então, com perseverança, poderão construir uma nova ordem democrática e preparar-se para a defender. A liberdade conquistada por um tipo de luta como este pode ser duradoura, e pode ser mantida por um povo tenaz e empenhado na sua salvaguarda e no seu enriquecimento.



ANEXO I

*Métodos de acção nãoviolenta*¹⁶

MÉTODOS DE PROTESTO E DE PERSUASÃO NÃOVIOLENTOS

DECLARAÇÕES FORMAIS

1. Discursos públicos
2. Cartas de oposição ou de apoio
3. Declarações de organizações ou instituições
4. Declarações públicas assinadas
5. Declarações de acusação e de intenção
6. Petições em grupo ou em massa

COMUNICAÇÃO COM UM PÚBLICO MAIS VASTO

7. *Slogans*, caricaturas e símbolos
8. Faixas, cartazes e afixação de comunicações
9. Folhetos, panfletos e livros
10. Jornais e revistas
11. Gravações, rádio, televisão e vídeo
12. Inscrições no céu ou na terra

REPRESENTAÇÕES EM GRUPO

13. Delegações
14. Prémios satíricos
15. Grupos de pressão
16. Piquetes
17. Eleições simuladas

ACTOS PÚBLICOS SIMBÓLICOS

18. Exibição de bandeiras e cores simbólicas
19. Uso de símbolos
20. Oração e culto
21. Entrega de objectos simbólicos
22. Nudez como forma de protesto
23. Destruição de propriedade própria (casas, documentos, etc.)
24. Luzes simbólicas (tochas, lanternas, velas)
25. Exibição de retratos
26. Pintura de protesto
27. Novos sinais e nomes
28. Sons simbólicos («canções simbólicas», uso de apitos, sinos, sirenes, etc.)
29. Reclamações simbólicas (tomada de terrenos ou prédios)
30. Gestos grosseiros

I 2 2

GENE SHARP

PRESSÕES SOBRE OS INDIVÍDUOS

31. «Perseguição» a oficiais (seguir-los constantemente, em silêncio, de maneira respeitosa)
32. Insultos ou provocações a oficiais
33. Confraternização (contactar com as pessoas directamente, tentando convencê-las da injustiça do regime)
34. Vigílias

TEATRO E MÚSICA

35. *Sketches* satíricos e brincadeiras
36. Representações teatrais ou espectáculos musicais
37. Cantos

PROCISSÕES

38. Marchas
39. Desfiles
40. Procissões religiosas
41. Peregrinações
42. Procissão de automóveis

HOMENAGEM AOS MORTOS

43. Luto político
44. Simulacros de exéquias fúnebres
45. Funerais acompanhados de manifestações
46. Cerimónias de homenagem junto de túmulos

ASSEMBLEIAS PÚBLICAS

47. Assembleias de protesto ou de apoio
48. Reuniões de protesto
49. Reuniões de protesto camufladas
50. Fóruns educativos com diversos conferencistas (*teach-in*)

RETIRADA E RENÚNCIA

51. Abandono de recinto (*walkout*)
52. Silêncio
53. Renúncia a homenagens
54. Virar as costas

MÉTODOS DE NÃOCOOPERAÇÃO SOCIAL

OSTRACISMO DE PESSOAS

55. Boicote social
56. Boicote social selectivo
57. Boicote à actividade sexual
58. Excomunhão (boicote religioso)
59. Interdições (suspensão de serviços religiosos)

NÃOCOOPERAÇÃO COM EVENTOS SOCIAIS, COSTUMES E INSTITUIÇÕES

60. Suspensão de actividades sociais e desportivas
61. Boicote a actividades sociais
62. Greve estudantil
63. Desobediência social
64. Abandono de instituições sociais

RETIRADA DO SISTEMA SOCIAL

65. Permanência em casa (*stay-at-home*)
66. Nãocooperação pessoal total
67. Fuga de trabalhadores
68. Asilo
69. Desaparecimento colectivo
70. Emigração de protesto (hégira)

MÉTODOS DE NÃOCOOPERAÇÃO ECONÓMICA:

(I) Boicotes económicos

ACÇÕES POR PARTE DE CONSUMIDORES

71. Boicote de consumidores (a determinados bens e serviços)
72. Não-consumo de mercadorias boicotadas (que já estejam na posse do indivíduo)
73. Política de austeridade (redução de consumo ao mínimo)
74. Retenção de rendas
75. Recusa de arrendamento
76. Boicote nacional de consumidores (recusa de compra ou uso de produtos ou serviços de outro país)
77. Boicote internacional de consumidores (actuação em vários países contra produtos de um país específico)

ACÇÕES POR PARTE DE TRABALHADORES E PRODUTORES

78. Boicote de trabalhadores (recusa de trabalhar com produtos ou ferramentas dos oponentes)
79. Boicote de produtores (recusa de vender ou entregar os próprios produtos)

ACÇÕES POR PARTE DE INTERMEDIÁRIOS

80. Boicote de fornecedores e transportadores (recusa dos trabalhadores ou intermediários em manipular ou fornecer determinados bens)

ACÇÕES POR PARTE DE PROPRIETÁRIOS E DIRIGENTES

81. Boicote de comerciantes (recusa de compra ou venda de determinados bens)
82. Recusa de arrendar ou vender imóveis

83. Bloqueio (*lockout*; o empregador impede que os funcionários trabalhem)

84. Recusa de prestação de assistência industrial

85. «Greve geral» de comerciantes

ACÇÕES POR PARTE DE TITULARES DE RECURSOS FINANCEIROS

86. Levantamento de depósitos bancários

87. Recusa de pagamento de taxas, emolumentos e impostos

88. Recusa de pagamento de dívidas ou de juros

89. Corte de fundos e de crédito

90. Recusa em fornecer voluntariamente receita (ao governo)

91. Recusa de dinheiro de um governo (exigir formas alternativas de pagamento)

ACÇÕES POR PARTE DE GOVERNOS

92. Embargo interno

93. Lista negra de comerciantes

94. Embargo a vendedores internacionais

95. Embargo a compradores internacionais

96. Embargo ao comércio internacional

(2) Greve

GREVES SIMBÓLICAS

97. Greve de protesto (por um período curto predefinido)

98. Paralisação rápida (greve-relâmpago, greve curta e espontânea de protesto)

GREVES AGRÍCOLAS

- 99. Greve de camponeses
- 100. Greve de trabalhadores agrícolas

GREVES DE GRUPOS ESPECIAIS

- 101. Recusa de trabalho forçado
- 102. Greve de prisioneiros
- 103. Greve sindical
- 104. Greve profissional

GREVES INDUSTRIAIS COMUNS

- 105. Greve de estabelecimento (numa ou mais empresas com a mesma gerência)
- 106. Greve de um sector da indústria
- 107. Greve solidária

GREVES RESTRITAS

- 108. Greve progressiva (interrupção por partes, trabalhador por trabalhador, ou área por área)
- 109. Greve-surpresa (*bumper strike*; greves sindicais em que só uma empresa da indústria pára de cada vez)
- 110. Greve de desaceleração (abrandamento do ritmo de trabalho)
- 111. Greve de zelo (seguir regras ou procedimentos desnecessariamente)
- 112. Greve por «doença» (simulada)
- 113. Greve por demissão (um número significativo de trabalhadores pede demissão individualmente)
- 114. Greve limitada (trabalhadores recusam-se a realizar determinados trabalhos marginais ou a trabalhar em determinados dias)

115. Greve selectiva (trabalhadores recusam-se a executar determinadas tarefas)

GREVES MULTI-INDUSTRIAIS

116. Greve generalizada (várias indústrias fazem greve simultaneamente)
117. Greve geral

COMBINAÇÕES DE GREVES E ENCERRAMENTOS ECONÓMICOS

118. *Hartal* (encerramento geral do comércio)
119. Encerramento da actividade económica

MÉTODOS DE NÃOCOOPERAÇÃO POLÍTICA

REJEIÇÃO DA AUTORIDADE

120. Recusa ou retirada de lealdade
121. Recusa de apoio público (ao regime e às suas políticas)
122. Literatura e discursos a favor da resistência

NÃOCOOPERAÇÃO DOS CIDADÃOS COM O GOVERNO

123. Boicote aos órgãos legislativos pelos seus próprios membros
124. Boicote às eleições
125. Boicote a empregos e cargos na administração pública
126. Boicote a departamentos e organismos governamentais
127. Retirada de estabelecimentos de ensino estatais
128. Boicote a organizações apoiadas pelo governo
129. Recusa de assistência a funcionários responsáveis pela aplicação da lei
130. Remoção de placas e sinais

- 131. Recusa em aceitar funcionários nomeados
- 132. Recusa em dissolver instituições existentes

ALTERNATIVAS À OBEDIÊNCIA AO DISPOR DOS CIDADÃOS

- 133. Cumprimento relutante e lento
- 134. Não-obediência na ausência de supervisão directa
- 135. Não-obediência popular (semiculta)
- 136. Desobediência disfarçada
- 137. Recusa de dispersão de uma concentração ou reunião
- 138. Ocupação sentada para assumir o controlo desse lugar (*sitdown*)
- 139. Nãocooperação com o serviço militar obrigatório e deportação
- 140. Ocultação, fuga e identidades falsas
- 141. Desobediência civil a leis «ilegítimas»

ACÇÕES DE FUNCIONÁRIOS ESTATAIS

- 142. Recusa selectiva de assistência por assessores governamentais (informando os superiores sobre essa recusa)
- 143. Bloqueio de linhas de comando e de informação
- 144. Estagnação e obstrução
- 145. Nãocooperação administrativa geral
- 146. Nãocooperação judicial (por juízes)
- 147. Ineficácia deliberada e nãocooperação selectiva de responsáveis pela aplicação da lei
- 148. Motim

ACÇÃO GOVERNAMENTAL NO PLANO INTERNO

- 149. Evasões e atrasos semilegais
- 150. Nãocooperação por unidades governamentais constituídas

ACÇÃO GOVERNAMENTAL NO PLANO INTERNACIONAL

- 151. Mudanças em representações diplomáticas e outras
- 152. Atraso e cancelamento de iniciativas diplomáticas
- 153. Recusa do reconhecimento diplomático
- 154. Corte de relações diplomáticas
- 155. Abandono de organizações internacionais
- 156. Recusa de adesão a organismos internacionais
- 157. Expulsão de organizações internacionais

MÉTODOS DE INTERVENÇÃO NÃOVIOLENTA

130

GENE SHARP

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

- 158. Exposição voluntária a condições climáticas adversas
- 159. Jejum
 - (a) Jejum de pressão moral
 - (b) Greve de fome
 - (c) «Satyagraha»*
- 160. Julgamento invertido (os réus tornam-se promotores não oficiais)
- 161. Assédio nãoviolento

INTERVENÇÃO FÍSICA

- 162. Sentar-se em determinados lugares como protesto (*sit-in*)
- 163. Ocupação de pé (*stand-in*)

164. Ocupação de meios de transporte discriminatórios (*ride-in*)
165. Protesto dentro de água em praias discriminatórias (*wade-in*)
166. Concentração de pessoas em movimento num lugar simbólico (*mill-in*)
167. Presença em igrejas discriminatórias (*pray-in*)
168. Incursões nãoviolentas
169. Incursões aéreas nãoviolentas (por exemplo, com panfletos ou alimentos)
170. Invasão nãoviolenta
171. Interposição nãoviolenta (colocar o corpo entre uma pessoa e o objectivo do trabalho)
172. Obstrução nãoviolenta (geralmente temporária)
173. Ocupação nãoviolenta

INTERVENÇÃO SOCIAL

174. Estabelecimento de novos padrões sociais
175. Congestionamento (por sobrelotação) de instalações
176. Atrasos deliberados (*stall-in*)
177. Discursos em público (*speak-in*)
178. Teatro de guerrilha (interrupções dramáticas improvisadas)
179. Instituições sociais alternativas
180. Sistema de comunicação alternativo

INTERVENÇÃO ECONÓMICA

181. Greve inversa (trabalhar em excesso)
182. Greve por ocupação (do local de trabalho)
183. Ocupação nãoviolenta de terras
184. Quebra de bloqueios

- 185. Contrafacção com motivos políticos
- 186. Aquisição preventiva
- 187. Apreensão de bens
- 188. *Dumping*
- 189. Patrocínio selectivo
- 190. Mercados alternativos
- 191. Sistemas alternativos de transporte
- 192. Instituições económicas alternativas

INTERVENÇÃO POLÍTICA

- 193. Sobrecarga dos sistemas administrativos
- 194. Divulgação da identidade de agentes secretos
- 195. Tentativa de ser detido
- 196. Desobediência civil a leis «neutras»
- 197. Trabalho sem colaboração
- 198. Soberania dupla e governos paralelos

* Filosofia e método de resistência nãoviolenta assente no jejum, concebido por M. K. Gandhi e praticado por ele e pelos seus seguidores na Índia. *Satyagraha* é um termo sânscrito composto pelas palavras *Satya*, que pode ser traduzida como verdade, e *agraha*, que significa firmeza, constância; ou seja, a «força da verdade». Gandhi, para quem o jejum era a forma mais pura de desobediência civil e a abnegação a «oração mais verdadeira», utilizou pela primeira vez o *satyagraha* durante a sua permanência na África do Sul, para se distinguir do movimento de «resistência passiva» então praticado no Reino Unido e na África do Sul. Segundo ele, o *satyagraha* define a enorme força interior, ou «força da alma», necessária aos actos de resistência nãoviolenta. Os seus praticantes são conhecidos por *satyagrahis*. (N. da t.)

ANEXO 2

Agradecimentos e notas sobre o percurso de Da Ditadura à Democracia

São vários aqueles a quem fiquei grato durante a redacção da edição original deste texto. Bruce Jenkins, meu assessor especial em 1993, deu um contributo inestimável ao identificar o conteúdo e a apresentação dos problemas. As suas orientações foram decisivas para uma apresentação mais clara e rigorosa de conceitos difíceis (em particular no que se refere à estratégia), assim como para a reorganização estrutural e alguns melhoramentos editoriais.

Estou igualmente grato a Stephen Coady, pelo apoio editorial, ao Dr. Christopher Kruegler e a Robert Helvey, pelas suas críticas e por conselhos muito importantes. A Dra. Hazel McFerson e a Dra. Patricia Parkman disponibilizaram informação sobre as lutas travadas em África e na América Latina, respectivamente. Não obstante, a análise e as conclusões aqui expressas são da minha responsabilidade.

Nos últimos anos, sob o impulso de Jamila Raqib e com base nas lições aprendidas ao longo dos anos, definiram-se algumas linhas de orientação especiais para a tradução do texto, com o objectivo de garantir o máximo rigor nas línguas em que não existia uma terminologia clara consagrada neste domínio.

Da Ditadura à Democracia foi escrito a pedido do falecido U Tin Maung Win, destacado democrata birmanês no exílio, à época editor do *Kbit Pyaing (The New Era Journal)*.

O texto é fruto de mais de 40 anos de investigação e de diversas reflexões escritas sobre luta nãoviolenta, ditadura, regimes totalitários,

movimentos de resistência, teoria política, análise sociológica e outras áreas de estudo.

Não podendo centrar a análise na Birmânia, dado o meu escasso conhecimento do país, tive de optar por uma análise geral.

O ensaio foi originalmente publicado em artigos separados, no *Khit Pyaing*, em birmanês e depois em inglês, em Banguecoque, na Tailândia, em 1993. Posteriormente, foi editado em formato de brochura nessas duas línguas (1994), e novamente em birmanês (em 1996 e 1997). As edições originais em formato de brochura publicadas em Banguecoque tiveram o apoio do Comité para a Restauração da Democracia, na Birmânia.

O texto circulou clandestinamente na Birmânia e noutros locais, no seio de comunidades de exilados e simpatizantes. A sua análise destinava-se unicamente aos democratas birmaneses e a diversos grupos étnicos da Birmânia que desejavam a independência do governo central birmane de Rangum (os birmaneses são o principal grupo étnico da Birmânia).

Na época, não antevi que a abordagem genérica do ensaio faria dele um documento potencialmente relevante em todos os países dominados por governos autoritários ou ditatoriais. No entanto, essa parece ter sido a leitura dos indivíduos que nos últimos anos quiseram traduzi-lo nas suas línguas e distribuí-lo nos seus países. Alguns chegaram a comentar que o livro parecia ter sido escrito especialmente para o seu país.

A ditadura militar no poder em Rangum — o «Conselho Estatal de Restauração da Lei e da Ordem» — não tardou a denunciar esta publicação. Em 1995 e em 1996, esta foi alvo de fortes ataques que, ao que parece, prosseguiram nos anos seguintes em jornais, na rádio e na televisão. Em 2005, um grupo de pessoas foi condenado a sete anos de prisão só por estar na posse da publicação proibida.

Embora não tenham sido envidados esforços para promover a publicação do texto noutros países, traduções do mesmo começaram a

circular de forma espontânea. Um estudante indonésio viu um exemplar da edição inglesa na montra de uma livraria em Banguécoque e decidiu comprá-lo e levá-lo para o seu país. Aí, foi traduzido para indonésio e publicado em 1997 por uma das principais editoras nacionais, com uma introdução de Abdurrahman Wahid, à época director da Nadhlatul Ulama, a maior organização muçulmana do mundo, com 35 milhões de membros, e mais tarde presidente da Indonésia.

Nesse período, no meu gabinete de trabalho na Albert Einstein Institution, existiam apenas algumas fotocópias da brochura em língua inglesa publicada em Banguécoque. Durante alguns anos, costumávamos fotocopiá-la sempre que havia uma iniciativa para a qual o texto fosse importante. Mais tarde, Marek Zelaskiewz, da Califórnia, levou uma dessas versões fotocopiadas para Belgrado, então liderada por Milosevic, e entregou-a à organização denominada Iniciativas Cívicas. Aí, foi traduzida para sérvio e publicada. Quando visitámos a Sérvia, após a queda do regime de Milosevic, soubemos que a brochura influenciara consideravelmente o movimento de oposição.

Igualmente importante foi o seminário sobre a natureza e o potencial da luta nãoviolenta ministrado por Robert Helvey, um coronel reformado do exército norte-americano, em Budapeste, na Hungria, para cerca de 20 jovens sérvios. Helvey entregou-lhes exemplares da versão integral de *The Politics of Nonviolent Action*. Estes jovens viriam a formar a organização Otpor, responsável pela luta nãoviolenta que conduziu à queda de Milosevic.

Não sabemos ao certo de que maneira o conhecimento desta publicação se foi disseminando de país para país. A sua disponibilização no nosso sítio na Internet, nos últimos anos, tem sido importante, mas não é, obviamente, a única explicação. Seguir a pista destas ligações seria, em si mesmo, um trabalho de investigação substancial.

Da Ditadura à Democracia é uma análise aprofundada e não constitui leitura fácil. Ainda assim, foi considerado um texto suficientemente

importante para ser traduzido em pelo menos 28 línguas (a partir de Janeiro de 2008), envolvendo muito trabalho e custos significativos.

Esta publicação foi traduzida, em formato impresso e digital, para publicação em sítios na Internet, nas seguintes línguas: amárico (Etiópia), árabe, azeri (Azerbaijão), bahasa (Indonésia), bielorrusso, birmanês, chin (Birmânia), chinês (em mandarim tradicional simplificado), divehi (Maldivas), farsi (Irão), francês, georgiano, alemão, jing paw (Birmânia), karen (Birmânia), khmer (Cambodja), curdo, quirguiz (Quirguistão), nepalês, pachto (Afeganistão e Paquistão), russo, sérvio, castelhano, tibetano, tigrínia (Eritreia), ucraniano, usbeque (Usbequistão) e vietnamita. Há mais traduções em preparação.

Entre 1993 e 2002, foram feitas seis traduções, seguidas de 22, entre 2003 e 2008.

A grande diversidade de sociedades e línguas para que este texto já foi traduzido permite concluir, ainda que de forma provisória, que quem se depara com ele percebe desde logo a relevância da sua análise no contexto da sociedade em que se insere.

GENE SHARP
Janeiro de 2008
Albert Einstein Institution
Boston, Massachusetts

ANEXO 3

Nota sobre as traduções e a reimpressão desta publicação

Esta publicação foi colocada no domínio público, a fim de facilitar a sua divulgação. Isso significa que pode ser reproduzida e divulgada livremente por todos.

Não obstante, o autor submete à consideração dos interessados em publicar a obra um conjunto de requisitos, ainda que desprovidos de qualquer obrigação legal.

- O autor solicita que não sejam feitas alterações ao texto na forma de inclusões ou supressões, caso este seja reproduzido.
- O autor pede a todos os que desejem reproduzir este documento que lhe comuniquem a sua intenção de o fazer. Esta informação deverá ser transmitida à Albert Einstein Institution (os contactos são indicados nas páginas iniciais da publicação, imediatamente antes do Índice).
- O autor solicita que, em caso de tradução, a preservação do significado original do texto seja objecto de extremo cuidado. Alguns dos termos utilizados nesta publicação não serão fáceis de traduzir noutras línguas, podendo não existir equivalentes directos para «acção nãoviolenta» e outras expressões relacionadas. Assim, a sua tradução deverá ser cuidadosamente ponderada, de maneira a que possam ser compreendidas com precisão por novos leitores.

A Albert Einstein Institution elaborou uma lista de procedimentos de tradução destinada a auxiliar os indivíduos ou grupos interessados em traduzir o texto:

- O tradutor(a) é escolhido(a) através de um processo de selecção. Os candidatos são avaliados com base no seu domínio da língua inglesa e da língua para a qual o texto será traduzido. Os candidatos são igualmente avaliados com base nos seus conhecimentos gerais sobre o tema e na sua compreensão dos termos e conceitos presentes no texto.
- É seleccionado(a) um(a) avaliador(a) com base num processo semelhante. A sua função será proceder a uma revisão rigorosa da tradução efectuada e comunicar ao tradutor as suas observações e críticas. É preferível que o(a) tradutor(a) e o avaliador(a) não se conheçam.
- Após a selecção do(a) tradutor(a) e do(a) avaliador(a), o(a) primeiro(a) deverá apresentar uma amostra de duas ou três páginas da tradução, assim como uma lista de alguns dos termos importantes referidos no texto.
- O(A) avaliador(a) deverá apreciar a amostra da tradução e comunicar as suas observações ao tradutor.
- Caso surjam problemas de maior entre a amostra da tradução apresentada pelo(a) tradutor(a) e a apreciação feita pelo(a) avaliador(a), deverá proceder-se à substituição do(a) tradutor(a) ou do(a) avaliador(a), segundo deliberação da pessoa ou do grupo que financia a tradução. Se os problemas forem menores, o(a) tradutor(a) deverá prosseguir com a tradução integral do texto sem deixar de ter em atenção os comentários do(a) avaliador(a).
- Concluída a tradução integral do texto, o(a) avaliador(a) deverá apreciá-la e comunicar as suas observações ao(à) tradutor(a).
- O(A) tradutor(a) analisará as observações do(a) avaliador(a) e

procederá às alterações necessárias. A versão final do texto ficará então concluída e a tradução estará pronta para ser impressa e distribuída.

SUGESTÕES DE LEITURA

1. *The Anti-Coup*, Gene Sharp e Bruce Jenkins, Boston, The Albert Einstein Institution, 2003.
2. *Dictionary of Civilian Struggle: Technical Terminology of Nonviolent Action and the Control of Political Power*, Gene Sharp (a aguardar publicação).
3. *On Strategic Nonviolent Conflict: Thinking about the Fundamentals*, Robert L. Helvey, Boston, The Albert Einstein Institution, 2002.
4. *The Politics of Nonviolent Action* (3 vols.), Gene Sharp, Boston, Extending Horizons Books, Porter Sargent Publishers, 1973.
5. *Self-Liberation*, Gene Sharp com o apoio de Jamila Raqib, Boston, The Albert Einstein Institution, 2010.
6. *Social Power and Political Freedom*, Gene Sharp, Boston, Extending Horizons Books, Porter Sargent Publishers, 1980.
7. *There are Realistic Alternatives*, Gene Sharp, Boston, The Albert Einstein Institution, 2003.
8. *Waging Nonviolent: 20th Century Practice and 21st Century Potential*, Gene Sharp, Boston, Extending Horizons Books, Porter Sargent Publishers, 2003.



NOTAS

1. O termo usado neste contexto foi instituído por Robert Helvey. O «desafio político» consiste na aplicação da luta nãoviolenta (protestos, nãocooperação e intervenção), de forma activa e contestária, com vista a alcançar objectivos políticos. O termo surgiu como resposta às confusões e distorções decorrentes da equiparação da luta nãoviolenta ao pacifismo e à «nãoviolência» moral ou religiosa. «Desafio» remete para uma contestação deliberada da autoridade por via da desobediência e sem espaço para a submissão. «Desafio político» define o contexto em que a acção é empreendida (político) e o seu objectivo (poder político). O termo é utilizado sobretudo para descrever as acções empreendidas pelas populações contra as ditaduras, com vista a recuperarem o controlo das instituições governamentais, atacando de forma implacável as suas fontes do poder e recorrendo deliberadamente ao planeamento e a operações estratégicas. Neste texto, os termos «desafio político», «resistência nãoviolenta» e «luta nãoviolenta» são utilizados de forma intermutável, embora os dois últimos se refiram, de uma maneira geral, a lutas com objectivos mais abrangentes (sociais, económicos, psicológicos, etc.).
2. Freedom House, *Freedom in the World*, www.freedomhouse.org.
3. *Ibid.*
4. Patrick Sarsfield O'Hegarty, *A History of Ireland Under the Union, 1880-1922*, Londres, Methuen, 1952, pp. 490-491.

5. Krishnalal Shridharani, *War Without Violence: A Study of Gandhi's Method and Its Accomplishments*, Nova Iorque, Harcourt, Brace, 1939, reimpresso em Nova Iorque e Londres, Garland Publishing, 1972, p. 260.
6. Aristóteles, *Política*, Livro V, Capítulo 12, Vega, Lisboa, 1988.
7. Esta história, intitulada originalmente «Governar pela Artimanha», faz parte de *Yu-li-zi*, de Liu-Ji (1311-1375), e foi traduzida para língua inglesa por Sidney Tai. Yu-li-zi é também o pseudónimo de Liu-Ji. A tradução foi originalmente publicada pela primeira vez em *Nonviolent Sanctions: News from the Albert Einstein Institution*, Cambridge, Mass., Vol. IV, N.º 3 (Inverno de 1992-1993), p. 3.
8. Karl W. Deutsch, «Cracks in the Monolith», in Carl J. Friedrich (coord.), *Totalitarianism*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1954, pp. 313-314.
9. John Austin, *Lectures on Jurisprudence or the Philosophy of Positive Law*, 5.^a edição, revista e coordenada por Robert Campbell, 2 vols., Londres, John Murray, 1911 [1861], Vol. I, p. 296.
10. Nicolau Maquiavel, «The Discourses of the First Ten Books of Livy», em *The Discourses of Niccolo Machiavelli*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1950, vol. I, p. 254.
11. Para outros exemplos históricos, ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, Boston, Porter Sargent, 1973, p. 75, assim como o presente livro.
12. Robert Helvey, comunicação pessoal, 15 de Agosto de 1993.
13. Estudos recomendados: Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, Boston, Massachusetts, Porter Sargent, 1973, e Peter Ackerman e Christopher Kruegler, *Strategic Nonviolent Conflict*, Westport, Connecticut, Praeger, 1994. Veja-se também Gene Sharp, *Waging Nonviolent Struggle: Twentieth Century Practice and Twenty-First Century Potential*, Boston, Porter Sargent, 2005.
14. Aristóteles, *Política*, Livro V, Capítulo 12.

15. Veja-se Gene Sharp, *Civilian-Based Defense: A Post-Military Weapons System*, Princeton, Nova Jérсия, Princeton University Press, 1990.
16. Esta lista com definições e exemplos históricos foi retirada de Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, Parte 2, *The Methods of Nonviolent Action*.

NOTA BIOGRÁFICA

GENE SHARP nasceu a 21 de Janeiro de 1928. É o fundador da Albert Einstein Institution, uma ONG que se dedica a promover o estudo da acção nãoviolenta, e foi professor de Ciências Políticas na Universidade de Massachusetts Dartmouth, nos Estados Unidos. Foi indicado quatro vezes para o Prémio Nobel da Paz.

É conhecido pelos seus textos sobre luta nãoviolenta e tem influenciado movimentos de resistência pacífica em todo o mundo.

DA DITADURA À DEMOCRACIA

foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso pela Guide, Artes Gráficas
sobre papel Coral Book de 80 g,
no mês de Dezembro
de 2015.